

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E SISTEMAS PRODUTIVOS**

LIS THAMIRYS DACKAM DI BAPTISTA

**ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE TURISMO EM PONTA PORÃ-MS:
UMA PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO FRONTEIRIÇO**

PONTA PORÃ-MS

2016

LIS THAMIRYS DACKAM DI BAPTISTA

**ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE TURISMO EM PONTA PORÃ-MS:
UMA PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO FRONTEIRIÇO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*
em Desenvolvimento Regional e de
Sistemas Produtivos da Universidade
Estadual do Mato Grosso do Sul

Orientadora: Dra. Tânia Regina
Zimmermann

PONTA PORÃ-MS

2016

LIS THAMIRYS DACKAM DI BAPTISTA

**ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE TURISMO EM PONTA PORÃ-MS:
UMA PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO FRONTEIRIÇO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação – Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos.

Aprovada em Ponta Porã/MS, de de 2016.

Prof^ª. Dr^ª. Tania Regina Zimmermann
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

Prof^ª. Dr^ª Dores Cristina Grechi – Examinadora
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

Prof. Dr. Germano de Paula – Examinador
Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE

*Dedico este trabalho aos meus filhos,
Enzo e Benício.
Os reis de minha jornada,
fontes inesgotáveis de amor e
inspiração.*

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho não teria sido concretizado sem a contribuição de algumas pessoas que, em maior ou menor grau, tornaram possível essa realização.

Aos professores do PPGDRS/UEMS pela oportunidade que me deram de fazer parte da primeira turma do curso de mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos da UEMS.

À Dores Cristina Grechi, por me guiar na busca da compreensão do fenômeno turístico com exímia maestria. Exemplo de pessoa e referência profissional.

Ao Carlos Otávio Zamberlam, por acreditar em mim, nesta proposta de trabalho e nesta fronteira.

À Tania Regina Zimmermann, minha orientadora, pela tranquilidade com que direcionou a construção deste trabalho e por me mostrar uma nova forma de enxergar a história.

À Cristina Horst, grato presente que o mestrado me deu. Inteligente, articulada e amiga, que tornou o fardo mais leve, dividindo comigo angústias, temores, anseios e muitas, muitas gargalhadas.

Aos meus pais, Gelci e Junior e meus irmãos, Max e Thayane, por serem meu alicerce e pelos pensamentos emanados que me fortalecem todos os dias.

Aos meus sogros, Rute e Itacir, por me auxiliarem cuidando dos meus filhos como se fossem seus e, dessa forma, me permitindo ter tempo para dedicar-me a este trabalho.

Aos meus filhos, Enzo e Benicio, por tornarem meus dias mais coloridos e minha vida mais perfumada.

E por fim, ao meu amor, Jaksson. Meu companheiro na jornada desta vida, que torna meus passos mais firmes, me faz ir mais longe e não permite que eu desista dos meus sonhos.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”

(Arthur Schopenhauer)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sistema Turístico.....	24
Figura 2: SISTUR- Modelo Referencial	27
Figura 3: Anéis concêntricos de um cluster turístico	39
Figura 4: Modelo SIIC.....	41
Figura 5: Localização de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero	45
Figura 6: Limite Internacional Brasil /Paraguai	46
Figura 7: Símbolo da linha de fronteira Brasil-Paraguai	56
Figura 8: Castelinho em Ponta Porã-MS	57
Figura 9: Cerro Akuá em Pedro Juan Caballero.....	59
Figura 10: Simulação do organograma Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Meio Ambiente de Ponta Porã.....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número do Pessoal Ocupado(P.O) nas ACT`s e número do Total de Pessoal Ocupado em Ponta Porá, Mato Grosso do Sul e Brasil (em 2006 e 2104)..	72
Tabela 2 : Quocientes Locacionais do setor turístico - Ponta Porã e Mato Grosso do Sul	73
Tabela 3: Taxas de crescimento do emprego total e nas ACT`s em Ponta Porã e no Mato Grosso do Sul.....	73
Tabela 4: Análise Estrutural Diferencial do Emprego no Setor Turístico de Ponta Porã (MS).....	74
Tabela 5: Sinais dos Efeitos Alocação	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Sinais dos possíveis efeito alocação	67
Quadro 2: Entendimento dos órgãos de apoio local sobre o desenvolvimento de um APL-TUR em Ponta Porã (MS)	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEPP ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE PONTA PORÃ
ACT's ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO
APL ARRANJO PRODUTIVO LOCAL
APL-TUR ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE TURISMO
BR BRASIL
C&VB CONVENTION E VISITORS BUREAU
CNAE CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS ATIVIDADES ECONOMICAS
EMBRATUR INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO
EUA ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
EXPORÃ EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE PONTA PORÃ
FECOMÉRCIO-MS FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE MATO GROSSO DO SUL
FOMIN/BID FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS/ BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
MS MATO GROSSO DO SUL
MTur MINISTÉRIO DO TURISMO
OMT ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO
PDTUR- MS PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO MATO GROSSO DO SUL
PJC PEDRO JUAN CABALLERO
PME's PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS
PP C&VB PONTA PORÃ CONVENTION E VISITORS BUREAU
PP PONTA PORÃ
PTin PARQUE TECNOLÓGICO INTERNACIONAL
PY PARAGUAI
RAIS RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS
SEBRAE SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SENATUR- PY SECRETARIA NACIONAL DE TURISMO DO PARAGUAI

SUMÁRIO

RESUMO	12
INTRODUÇÃO	14
1 TURISMO E DESENVOLVIMENTO	18
1.1 ABORDAGEM SISTÊMICA DA ATIVIDADE TURÍSTICA	21
1.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL, COMPETITIVIDADE E AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS	27
1.3 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM TURISMO: APL - TUR	35
2 A ATIVIDADE TURÍSTICA NA FRONTEIRA PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO	42
2.1 TERRITÓRIO E FRONTEIRA: BREVES APORTES CONCEITUAIS	42
2.2 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO TURÍSTICO NA FRONTEIRA DE PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO	44
2.3 ATUAL CENÁRIO DO TURISMO EM PONTA PORÃ-MS	53
2.3.1 ATRATIVOS TURÍSTICOS DA FRONTEIRA	55
3 METODOLOGIA	61
3.1 ETAPA I – OBSERVAÇÃO E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	61
3.2- ETAPA II - ANÁLISE DA DINÂMICA DO SETOR TURÍSTICO DE PONTA PORÃ	62
3.2.1 Formulação da Base de Dados: as Atividades Características do Turismo – ACT` s	62
3.2.2 – Cálculo do Quociente Locacional	63
3.2.3 - O modelo Estrutural-Diferencial Ampliado	64
3.3 ETAPA III - ENTREVISTAS	69
4 RESULTADOS	72
4.1 A DINÂMICA DO SETOR TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ	72
4.2 ENTENDIMENTO DOS ATORES LOCAIS SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE UM APL- TUR	76
4.2.1 Infraestrutura Turística- iniciativa privada	76
4.2.2 Apoio Local- Organizações de planejamento e fomento do turismo	82
4.2.3 Apoio Supra Local- Instituições de Ensino e Pesquisa e de Apoio às empresas	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
6 REFERENCIAS	97

RESUMO

Este estudo buscou analisar a o potencial de desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local do setor turístico na cidade de Ponta Porã-MS, fronteira seca com a cidade de Pedro Juan Caballero (Paraguai). Devido aos períodos de vantagens cambiais oferecidas pela cidade paraguaia, o turismo se estruturou de forma não planejada na região estudada, em torno de um único segmento, o denominado turismo de compras. Paradoxalmente a essa situação, a região apresenta diversos segmentos turísticos potenciais (ecoturismo, turismo de aventura, turismo histórico cultural, turismo arqueológico, dentre outros) não explorados, uma vez que os turistas geralmente fazem suas compras e, muitas vezes, retornam no mesmo dia, deixando de conhecer os demais atrativos. Diante desse contexto, esta pesquisa pretende desenvolver uma análise da coerência e propriedade da aplicação do conceito de arranjo produtivo, com vistas à estruturação de um APL como ferramenta de desenvolvimento regional. O desenvolvimento turístico de base endógena pressupõe a criação de novas atividades produtivas e o fortalecimento das já existentes. A metodologia foi composta por três etapas: a primeira contemplou a observação assistemática do objeto de estudo e o levantamento bibliográfico, visando conhecer o processo histórico-cultural de Ponta Porã /Pedro Juan Caballero, as dinâmicas fronteiriças e suas conseqüências e entraves para o desenvolvimento do turismo; o passo seguinte foi verificar a existência de aglomeração produtiva do setor turístico e suas dimensões econômicas na cidade de Ponta Porã em termos de emprego do setor. E, por fim, investigar o entendimento dos atores do sistema turístico sobre o desenvolvimento de um APL-TUR na localidade, buscando dessa forma, evidenciar a importância da atividade turística para o município através de informações que permitam gerir os esforços de promoção e estruturação do setor, de forma a aproveitar as oportunidades emergentes e criar vantagens competitivas para a localidade. Os resultados demonstraram que existe aglomeração produtiva do setor turístico em Ponta Porã-MS, contudo a cooperação entre os atores do turismo local necessita ser estimulada, demonstrando assim, a existência de um APL potencial na localidade.

Palavras-chave: Turismo; Desenvolvimento; Competitividade; Atividades Produtivas, Fronteira.

ABSTRACT

This study investigates the development potential of a Productive Arrangement tourist industry location in the city of Ponta Pora-MS, dry border with the city of Pedro Juan Caballero (Paraguay). Due to periods of currency advantages offered by the Paraguayan city, tourism is structured in an unplanned way in the study area, around a single thread, the so-called shopping tourism. Paradoxically this situation, the region has several potential tourist segments (ecotourism, adventure tourism, cultural and historical tourism, archaeological tourism, among others) not operated by tourists usually make their purchases and often return the same day, failing to meet the other attractions. In this context, this research aims to develop an analysis of coherence and property of the application of the concept of productive arrangement with a view to structuring a cluster as a regional development tool. The endogenous basis for tourism development requires the creation of new productive activities and the strengthening of existing ones. The methodology consisted of three stages: the first included the not systematically observation of the subject matter and literature, aiming to know the historical and cultural process of Ponta Pora / Pedro Juan Caballero, border dynamics and its consequences and obstacles to the development of tourism; the next step was to verify the existence of productive clusters of the tourism sector and its economic dimensions in the city of Ponta Pora in terms of employment in the sector. And finally, investigate the understanding of the tourism system of actors on the development of an APL-TUR in the town, seeking thereby highlight the importance of tourism for the municipality through information enabling manage promotional efforts and structuring sector, in order to take advantage of emerging opportunities and create competitive advantages for the locality. The results showed that there is productive agglomeration of the tourism sector in Ponta Pora, MS, however, the cooperation between the local tourism actors needs to be stimulated, thus demonstrating the existence of a potential APL in the locality.

Keywords: Tourism; Development; Competitiveness; Productive Activities, Frontier.

INTRODUÇÃO

O processo de consolidação do capitalismo e o conseqüente crescimento da “sociedade de consumo” têm imprimido nas organizações a necessidade de adaptar-se a um novo cenário competitivo. As inovações tecnológicas e as transformações sociais dominam a sociedade atual, mudam profundamente a produção de bens e a vida das pessoas (MOTTA, 1998).

Considerando os desafios a serem enfrentados diante do atual cenário de crise econômica nacional e internacional, pode-se ressaltar a dificuldade que alguns setores encontram para modificar a estrutura produtiva na busca de um arranjo que possibilite ganhar em competitividade.

Dentre os sistemas produtivos que podem impactar o desenvolvimento de uma região, destaca-se o turismo, que é tida como “atividade excelente para obtenção de melhores resultados no desenvolvimento e planejamento regional ou territorial”. (BENI, 2001, p.65).

A atividade turística passou a ser um dos pilares do desenvolvimento da fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, devido ao fato das cidades receberem significativo fluxo de visitantes brasileiros que vêm em busca de adquirir produtos importados na cidade paraguaia. Acontece que, apesar de ser um forte propulsor da economia destas cidades-gêmeas¹, o denominado “turismo de compras” ali praticado, limita-se apenas ao caráter econômico e a intensidade turística da região é influenciada pela cotação do dólar, o que torna a atividade sazonal.

O turismo configura-se como uma atividade que não pode ser compreendida somente sob o viés econômico, pois quando bem planejado e organizado, o turismo pode promover o bem estar social por meio de seus inúmeros efeitos multiplicadores², como geração de emprego e renda, promoção de melhorias infra-estruturais, trocas culturais, etc. Dessa forma, faz-se evidente a necessidade

¹ Entende-se por cidades-gêmeas as cidades que tem contato direto, em que o território do município faz limite com o país vizinho e se localiza no limite internacional, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com a localidade do país vizinho.

² O efeito multiplicador no turismo é produzido pela sucessão de despesas que tem início no gasto do turista e que beneficia os setores ligados direta e indiretamente ao fenômeno turístico. (Fonte: Barreto, M. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo.13 ed. rev. atual- Campinas, SP- Papyrus,2003)

reestruturação e diversificação da oferta turística de Ponta Porã/Pedro Juan Caballero com foco, sobretudo, no desenvolvimento da região.

Esta temática possibilita refletir e entender o desenvolvimento local de maneira mais ampla e participativa, sob a perspectiva da sustentabilidade que implica em pensá-lo de maneira democrática, sob a ótica dos que realmente são influenciados: os atores e a própria comunidade local. Sendo assim, por este trabalho se desenvolver no âmbito da localidade, cabe aqui a denominação de desenvolvimento local.

Pensar em desenvolvimento local significa promover melhorias na localidade de forma a modificar sua realidade. Para tanto é preciso compreender o ponto de partida, ou seja, a situação atual da localidade, a fim de delinear os objetivos, “determinando quais melhorias devem ser feitas, o que deve ser aprimorado e que estado de desenvolvimento se pretende alcançar.” (SCÓTOLLO e PANOSSO NETO, 2015)

Nesse sentido, este trabalho lança a proposta de desenvolver um arranjo produtivo local de turismo em Ponta Porã como meio de propiciar o desenvolvimento do turismo na fronteira de PP/PJC, através da estruturação e fortalecimento do setor; do aumento, da diversificação e da qualidade do produto turístico; e de fomentar a ampliação do mercado de forma eficiente e sinérgica, a partir da integração dos agentes da atividade turística na localidade.

A formação de um APL requer, basicamente, a existência de aglomeração produtiva de determinado setor e a cooperação entre seus agentes e advém da necessidade de deslocar o olhar de novas empresas para localidade, a fim de que essa se torne competitiva, ou seja, que reúna as condições para promover o adensamento empresarial, o dinamismo sócio-econômico e a especialização produtiva dos territórios. (PAULA, 2004)

Dada a delimitação da amplitude geográfica do seu entorno espacial e a abrangência do segmento turístico em Ponta Porã, é pertinente destacar que este trabalho não busca *identificar* a existência de um APL de turismo, mas sim de um **APL potencial**³ que corresponde à configuração propícia ao *desenvolvimento* de um Arranjo Produtivo Local, para que este permita gerir os esforços de promoção e

³ Pequena e incipiente aglomeração setorial de pequenas e médias empresas que além de ter um tamanho relativo pouco significativo não possuem uma relação cooperativa institucionalizada entre si ou com entidades públicas capaz de fornecer serviços complementares ou atrair investimentos que gerem ganhos coletivos. (BNDES, 2014)

estruturação do setor, de forma a aproveitar as oportunidades emergentes e criar vantagens competitivas capazes de promover o desenvolvimento local.

Diante deste contexto emerge a seguinte problemática:

Ponta Porã – MS possui as condições necessárias para o desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local de Turismo (APL-TUR) ?

A partir da questão exposta, foram formuladas as seguintes hipóteses para este estudo:

Hipótese 01: Há aglomeração produtiva do setor turístico em Ponta Porã-MS e cooperação entre os atores do turismo local, demonstrando alto potencial para desenvolvimento de um APL-TUR .

Hipótese 02: Há aglomeração produtiva do setor turístico em Ponta Porã-MS, mas não há cooperação entre os atores do turismo local, demonstrando a existência de um APL potencial.

Hipótese 03: Não existe aglomeração produtiva do setor turístico em Ponta Porã-MS, demonstrando que não existem condições propícias para o desenvolvimento de um APL-TUR.

Esta pesquisa tem como objetivo geral: “Analisar o potencial de desenvolvimento de um APL- TUR em Ponta Porã”

Visando atingir o objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar o processo histórico-cultural de Ponta Porã /Pedro Juan Caballero, as dinâmicas fronteiriças, suas conseqüências e entraves para o desenvolvimento do turismo;
- Verificar a existência de aglomeração produtiva do setor turístico e suas dimensões econômicas na cidade de Ponta Porã em termos de emprego do setor
- Verificar o entendimento dos atores sobre o desenvolvimento de um APL-TUR em Ponta Porã.

Este trabalho estrutura-se em seis capítulos.

No referencial teórico do primeiro capítulo, aborda-se a conceituação de turismo e desenvolvimento. Uma das estratégias do desenvolvimento econômico é fomentar as competências e iniciativas da comunidade local e dos atores do Sistema Turístico –SISTUR - para a redução de disparidades, considerando as vantagens

das concentrações territoriais de empresas e organizações. Apresentam-se referenciais do desenvolvimento regional, competitividade, aglomerados econômicos e sistemas de turismo.

Com base nos referenciais teóricos de *cluster* e desenvolvimento regional, uma possibilidade que emerge como proposta para desenvolvimento do turismo é o modelo Arranjo Produtivo Local (APL), no for006Dato de APL-TUR,

No segundo capítulo, apresentam-se os referenciais teóricos relacionados com a atividade turística na fronteira de Ponta Porã/PJC, onde são abordados conceitos de território e fronteira; a formação histórica do turismo na localidade e informações sobre o atual cenário do turismo.

O terceiro capítulo constitui-se do delineamento da pesquisa. A metodologia está subdividida em três partes: a primeira composta por observação assistemática e levantamento bibliográfico; a segunda contempla a análise da dinâmica do setor turístico em Ponta Porã-MS em termos de empregos no setor, com a aplicação do método estrutural diferencial; e a terceira, que consiste na realização de entrevistas com os atores locais.

No quarto capítulo apresentam-se os resultados e suas respectivas análises.

As considerações finais estão contidas no quinto capítulo.

Por último, estão detalhadas as referências utilizadas neste trabalho.

1 TURISMO E DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento local pode ser entendido como o resultado direto do poder de estruturação e mobilidade dos atores e da comunidade local, com relação ao estabelecimento de prioridades e especificidades das potencialidades e de sua matriz cultural, buscando a competitividade num contexto capitalista de rápidas e profundas mudanças (BUARQUE, 1999). Este processo de mudança é assim definido por Castells (1999, p. 17)

Nosso mundo, e nossa vida, vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização [...]. a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes.

A isto se acresce o uso crescente da disponibilidade de recursos naturais e humanos num processo de globalização, precedido pelos processos de mundialização e internacionalização do capital, advindos com a intensificação das relações econômicas, políticas e sociais, ocorridas no final do século XX. Esse processo também propiciou relevantes alterações entre alguns países europeus no que se refere à intervenção estatal na economia e a provisão do bem-estar social, mas na maioria dos países essa realidade tem sido perversa em relação à degradação do trabalho e do meio ambiente.

Sobre esta questão, Castells ainda esclarece que (1999, p.17):

[...] pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão de obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida mediante a criação de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes. Essa nova forma de organização social, dentro de sua globalidade que penetra em todos os níveis da sociedade, está sendo difundida em todo mundo, do mesmo modo que o capitalismo industrial disseminado no século XX, abalando instituições, transformando culturas, criando riqueza e induzindo a pobreza, incitando a ganância a inovação e a esperança, e ao mesmo tempo impondo o rigor e instilando o desespero. Admirável ou não, trata-se na verdade de um mundo novo.

Considerando, portanto, as grandes desigualdades socioeconômicas que marcam países como o Brasil, o turismo surge como forma de amenizar e/ou dirimir desigualdades e fomentar o desenvolvimento regional.

Os paradigmas da sociedade capitalista e da globalização são intrínsecos ao turismo moderno, haja vista ter sido o capitalismo que impulsionou o crescimento e desenvolvimento do setor.

As argumentações acerca do desenvolvimento turístico enfatizam que existem oportunidades a serem aproveitadas, inclusive por pequenas comunidades, e que o potencial do Turismo ainda não é capitalizado adequada e suficientemente. As vantagens do Turismo como atividade econômica são enfatizadas como estratégias para propulsão do desenvolvimento, pois é uma das mais amplas e diversificadas cadeias produtivas globais (MCINTOSH *et al* 2002 *apud* TOMAZZONI, 2008)

Berberi e Cobos (2006) afirmam que o setor de turismo no contexto da globalização se expressa nas mega transportadoras aéreas, nas cadeias internacionais de hotéis, nas facilidades de pagamentos com *travellers checks* e cartões de crédito e de reservas, através de gigantes das telecomunicações e, também, pelas grandes locadoras de automóveis com filiais espalhadas por todo o mundo.

Observa-se, portanto, que se por um lado o capitalismo favoreceu a expansão da atividade turística, por outro potencializou o neoliberalismo que viabiliza a instalação de grandes empreendimentos de capital nacional e internacional que atribuem um valor de troca a potencialidades/atratividades (naturais, urbanísticas, históricas, culturais, paisagísticas). Estas estratégias de acumulação oligopolistas encontram solo fértil em países como Brasil, onde podem se valer da falta de regulamentação e beneficiar-se de mão de obra abundante e barata.

Para Soares (2007), à medida que se intensifica a visão do turismo como meio para competir na economia globalizada, maior a possibilidade de desenvolvê-lo como uma atividade para instauração dos valores e ações da ideologia dominante. No entanto, o autor acrescenta que, apesar de tal questionamento, o turismo é continuamente estimulado dentro do consenso formador do processo da globalização.

O turismo quando bem planejado, dentro de um modelo adequado, onde as comunidades participam do processo, possibilita a inclusão dos mais variados

agentes sociais [...] Nesse modelo, a grande maioria do setor é constituído de pequenas e médias empresas fazendo com que o desenvolvimento da atividade possa naturalmente contribuir como fator de distribuição de renda [...] (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003)

Uma vez entendido como meio econômico capaz propiciar melhoras significativas no quadro econômico e social, o desenvolvimento do turismo em uma localidade deve responder aos objetivos dos empreendedores e contemplar os critérios da competitividade. Contudo, é imprescindível entender o turismo como fenômeno social que é. A globalização não deve imprimir características mundializadas ao destino turístico⁴, que impliquem significativamente na sua cultura, no seu cotidiano e costumes.

O desenvolvimento deve partir, portanto, de uma iniciativa de estruturação endógena, em que haja a inclusão da comunidade local, bem como de todos os *stakeholders*⁵, desenvolvendo assim parcerias que possam converter interesses particulares em objetivos comuns, reduzindo as possibilidades de futuros conflitos e impactos negativos no destino.

Para Araujo e Moura (2007), apesar do turismo ser uma importante atividade de desenvolvimento local para os núcleos receptores, quando a atividade turística ocorre de forma espontânea, ela pode causar sérios impactos ambientais, econômicos, sociais e culturais nas regiões turistificadas. O planejamento surge, portanto, como estratégia para o desenvolvimento local sustentável, trazendo à comunidade a possibilidade de oportunizar seus recursos e a conscientização quanto aos mesmos, seja em âmbito ambiental, social ou cultural.

Tomazzoni (2008, p. 19) é esclarecedor ao dizer que:

É preciso uma constante atualização de métodos de planejamento e gestão sustentáveis do Turismo como alternativa de geração de desenvolvimento local e regional, visando a gerar novas oportunidades de emprego e de perspectivas de distribuição de renda. Os estudos em economia e em administração têm enfatizado os modelos de aglomerados econômicos, *clusters* e arranjos produtivos como concentração geográfica de empresas que se relacionam sistematicamente com organizações

⁴ *vide* página 20.

⁵ Stakeholder é qualquer pessoa ou organização que tenha interesse ou seja afetado por um projeto. No caso do presente projeto entende-se por stakeholders, os atores influentes locais (representantes das entidades, associações, iniciativa pública, etc.), nos residentes e nos turistas/visitantes de Ponta Porã e Pedro J. Caballero.

governamentais e de ensino e pesquisa. Os referenciais teóricos identificam as concentrações territoriais como potencializadoras da competitividade, proporcionando a geração de excedentes de renda e sua reaplicação em um círculo virtuoso de criação de riqueza e novas oportunidades.

Planejar o desenvolvimento turístico, portanto, significa estabelecer diretrizes que nortearão as tomadas de decisões de um município, estado, região. Pois, o planejamento possibilita definir as estratégias que serão seguidas, programas que auxiliarão, tipo de turismo que se pretende desenvolver e público alvo que se busca atingir. (PETROCCHI, 1998)

Pode-se entender então, que o planejamento é o primeiro passo para que se possa propor ações que visem ao desenvolvimento regional de base endógena, ou seja, que tem como objetivo principal proporcionar melhorias à comunidade local. Para tanto, analisar a atividade turística sob a ótica do SISTUR é fundamental para que se obtenha maior precisão e controle sobre o fenômeno e seus elementos constitutivos, permitindo identificar falhas e entraves ao desenvolvimento da atividade turística. Portanto, o próximo tópico traz explanações sobre esta abordagem sistêmica do turismo.

1.1 Abordagem sistêmica da Atividade Turística

A atividade turística é composta por uma combinação de produtos e serviços oferecidos para satisfazer as necessidades e expectativas dos visitantes na sua experiência turística, tendo lugar num espaço geográfico e temporal determinado. A oferta turística poderá ser descrita como um conjunto de recursos e características inerentes a um destino turístico. (CALDEIRA, 2013)

Já destino turístico pode ser definido como um conglomerado de produtos turísticos localizados numa zona geográfica determinada e que constituem um sistema que integra recursos, bens e serviços, equipamentos e infra-estruturas. Os responsáveis pela atividade turística no destino devem favorecer esta integração entre todos os elementos, a partir de uma planificação comum e uma gestão conjunta do sistema turístico (Bonilla e Bonilla, 2007 *apud* CALDEIRA, 2013).

Cabe aclarar aqui também, o conceito de demanda turística, pois é esta quem irá fruir a oferta com produtos e serviços turísticos. A demanda turística, portanto, pode ser definida como a quantidade de bens e serviços turísticos que os indivíduos

desejam e são capazes de consumir a um dado preço em determinado período de tempo. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003)

Já o produto turístico pode ser definido como conjunto de bens e serviços relacionados à atividade de turística e composto pelos seguintes componentes: transporte, alimentação, acomodação e entretenimento. (LAGE e MILONE, 2001).

O planejamento turístico implica em mudanças no mercado turístico⁶, o que significa que a localidade em estudo deterá novos produtos turísticos, e provavelmente os turistas sobre ela terão opiniões diferentes das que atualmente tem.

Apesar de o planejamento turístico ser pauta constante de debates entre pesquisadores que se esforçam em buscar um corpo teórico coeso, os mesmos reconhecem que o conhecimento acerca do tema permanece fragmentado entre as diversas ciências que analisam a atividade.

Dessa forma, um dos principais desafios aos pesquisadores da área é a busca de teorias que compreendam toda a complexidade do turismo, o que exige a sistematização. Assim sendo, podemos utilizar a Teoria de Sistemas, a fim de desenvolver um estudo circunstanciado sobre o turismo.

Ao apropriar-se da Teoria Geral dos Sistemas, a pesquisa em turismo busca entender o inter-relacionamento dos diversos elementos que compõem a atividade turística no sentido de identificar estes elementos com os respectivos atributos e as relações de causa e efeito, a fim de se delinear, com clareza, a extensão abrangida pelo Sistema de Turismo - SISTUR. Mas faz-se necessário, ainda, explorar outros sistemas para delimitar o campo de atuação do SISTUR. (BENI, 2001)

Segundo Molina (1997), a TGS contribui significativamente para o planejamento turístico por diversos motivos: permite elaborar um conceito global de turismo; aborda o turismo de uma maneira integral (as partes que o compõem e as relações entre as partes: a complexidade organizada) e oferece uma linguagem que facilita a comunicação entre profissionais que se formaram em distintas áreas científicas. Isso ocorre porque a TGS constitui um marco de referências que utiliza um vocabulário comum entre as ciências. (MACHADO e GOSLING, 2009)

⁶ Ver CARDOZO, F.P.; **Metodologia de estudo da demanda turística**. Disponível em: <http://www.partes.com.br/turismo/poliana/metodologiadademanda.asp>

A abordagem de sistemas é uma ferramenta que possibilita estudar não somente as partes e processos isoladamente, mas também resolver os decisivos problemas encontrados na organização e na ordem que os unifica, visto que trata da compreensão de um fenômeno no contexto de um todo mais amplo resultante da interação dinâmica das partes. (COSTA e SOUTO, 2006)

A abordagem sistêmica foi aplicada, inicialmente, pelo biólogo alemão Ludwig Von Bertalanffy, que lançou as bases da Teoria Sistêmica, cujo objeto “*é a formulação de princípios válidos para os sistemas em geral, qualquer que seja a natureza dos elementos que os compõem e as relações ou forças existentes entre eles.*” (BERTALANFFY, 1975)

Mario Beni nos traz a seguinte definição,

Sistema é um conjunto de unidades com relações entre si. A palavra ‘conjunto’ implica que as unidades possuem propriedades comuns. O estado de cada unidade é controlado, condicionado ou dependente do estado das outras unidades (2001, p.23)

É possível observar a evolução da teoria dos sistemas na sua aplicação no turismo, especialmente, na forma de se ilustrar um sistema turístico nas mais diversas abordagens, tal como explicam Lohmann e Panosso Netto (2008), a Teoria Sistêmica possui três grupos básicos de pesquisadores que procuraram explicar teoricamente o turismo: fase pré-paradigmática que corresponde aos primeiros estudos teóricos do turismo; fase paradigmática, responsável por criar o paradigma nos estudos turísticos por meio da difusão, abrangência e utilização da Teoria dos Sistemas Turísticos; e a fase nomeada “Novas Abordagens”, que agrupa os autores que propõem análises diversificadas e inovadoras do turismo.

Lohmann e Panosso Netto (2008) afirmam que Raymundo Cuervo (1967) foi primeiro teórico a apresentar um modelo referencial da TGS aplicada ao turismo. Contudo, somente em 1979, com a publicação do trabalho de Neil Leiper, que a Teoria Sistêmica começa a obter destaque nos estudos do turismo.

O sistema de turismo de Leiper (1981) é composto de três faces/elementos: turistas: que se deslocam pelo sistema e são os atores da atividade turística; Elementos geográficos: divididos em região geradora de turistas, região de rota de trânsito de turistas e região de destinação de turistas; e a indústria turística:

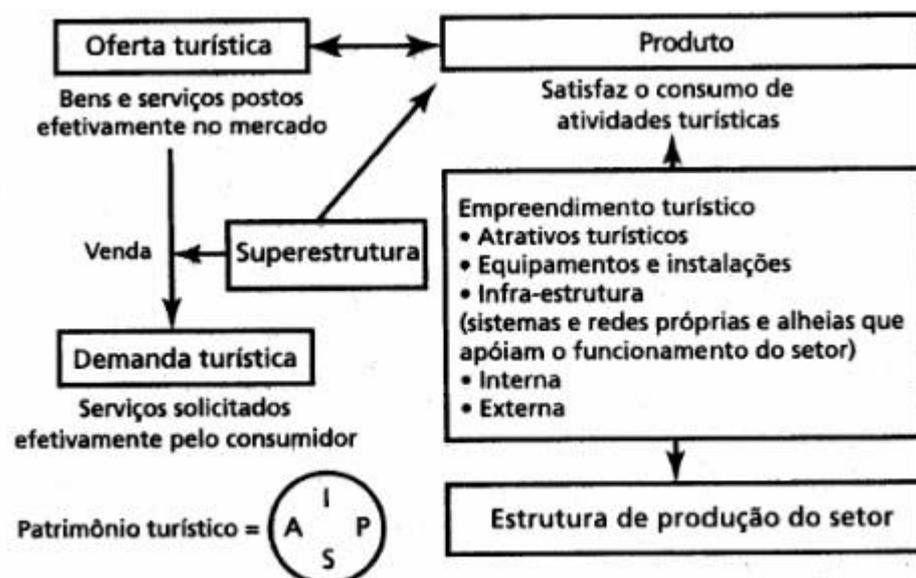
empresas e organizações que estão envolvidas na oferta de produtos e serviços turísticos.

Mais adiante, em 1985 o Modelo de Murphy obteve destaque nos estudos do turismo. Este modelo concentra-se em fatores psicológicos que influenciam a demanda e a relação destes com os intermediários da atividade. Dessa forma, o destino turístico deve explorar as suas atrações com a intenção de criar produtos, serviços e facilidades que permitam criar na mente dos consumidores o desejo de visitar, e posteriormente, assegurar aos indivíduos que visitam o destino e aos residentes do mesmo, uma deslocação, visita, passeio e experiência com balanços positivos. (CALDEIRA, 2013)

O Modelo de Mill e Morrison (1992) sugere que cada elemento do sistema reforce e influencie o próximo, num movimento cíclico que tem como componentes chave o mercado, viagem, destino e marketing.

Já Boullón (2002) entende que o turismo é um fenômeno socioeconômico, que deve ser estudado com uma visão interdisciplinar. Nesse contexto, a interdisciplinaridade seria a forma ideal para a análise do turismo, pois ultrapassa os limites de cada disciplina ou de um único campo do saber, mas não concebe o turismo como ciência. O autor deu destaque aos componentes estruturais do sistema turístico. Em sua proposta, o turismo é analisado em três modelos: oferta-demanda, antropológico social e turismo industrial. Em sua abordagem, Boullón utiliza o primeiro dos três, que é apresentado na figura 1.

Figura 1: Sistema Turístico



Fonte: Boullón (2002)

Já Beni (2001) propõe que o turismo é um sistema composto de três conjuntos: Conjunto das Relações Ambientais (com o subsistema ecológico, social, econômico e cultural); Conjunto da Organização (com os subsistemas superestrutura e infraestrutura) e Conjunto das Ações Operacionais (com os subsistemas mercado, oferta, demanda, produção, distribuição e consumo).

Para Beni (2001), ao se analisar os elementos que constituem as relações do sistema com todos os componentes que a ele estão ligados, em interdependência, estrutura-se o Modelo Referencial do SISTUR (figura 02).

Esses elementos, de modo geral, são:

➤ Conjunto das Relações Ambientais

- **Subsistema Ecológico:** Tem como principal elemento a contemplação e o contato com a natureza. Analisam-se, nesse subsistema, os seguintes fatores, com suas respectivas funções, variáveis e regras de consistência:

a) espaço turístico natural e urbano, e sua planificação territorial;

b) atrativos turísticos. e

C) conseqüências do turismo sobre o meio ambiente, preservação da flora, fauna e paisagens.

- **Subsistema Social:** Tem como principal elemento a estrutura e mobilidade social e seus efeitos. Os fatores analisados são:

a) população autóctone no processo de contato social nas áreas de ocupação turística;

b) perfil psicológico do turista;

c) motivações, expectativas e necessidades do turista; e

d) estratificação social dos grupos de turistas.

- **Subsistema Econômico:** Tem como principal elemento a contribuição econômica para o desenvolvimento nacional. Analisam-se, nesse subsistema, os seguintes fatores:

a) ingresso de divisas;

b) receita nacional e geração de empregos;

c) formação do Produto Interno Bruto; e

d) efeito multiplicador da economia.

- **Subsistema Cultural:** Tem como principal elemento a herança e o patrimônio cultural do país. Analisam-se, os seguintes fatores:

- a) patrimônio etnográfico;
- b) legado histórico, arqueológico, arquitetônico e monumental;
- c) patrimônio artístico, folclórico e artesanal;
- d) usos e costumes diferenciados.

➤ Conjunto da Organização Estrutural

-Subsistema da Superestrutura: Tem como principal elemento o ordenamento jurídico-administrativo de gestão e controle do SISTUR. Analisam-se, nesse subsistema, os seguintes fatores:

- a) planificação estratégica do turismo.
- b) indicadores macro-econômicos. e
- c) normatização e fiscalização dos agentes operadores do turismo.

- Subsistema da Infra-Estrutura: Tem com principal elemento o estudo das condições de acessibilidade à área de destinação turística e dos serviços. Analisam-se, nesse subsistema, os seguintes setores:

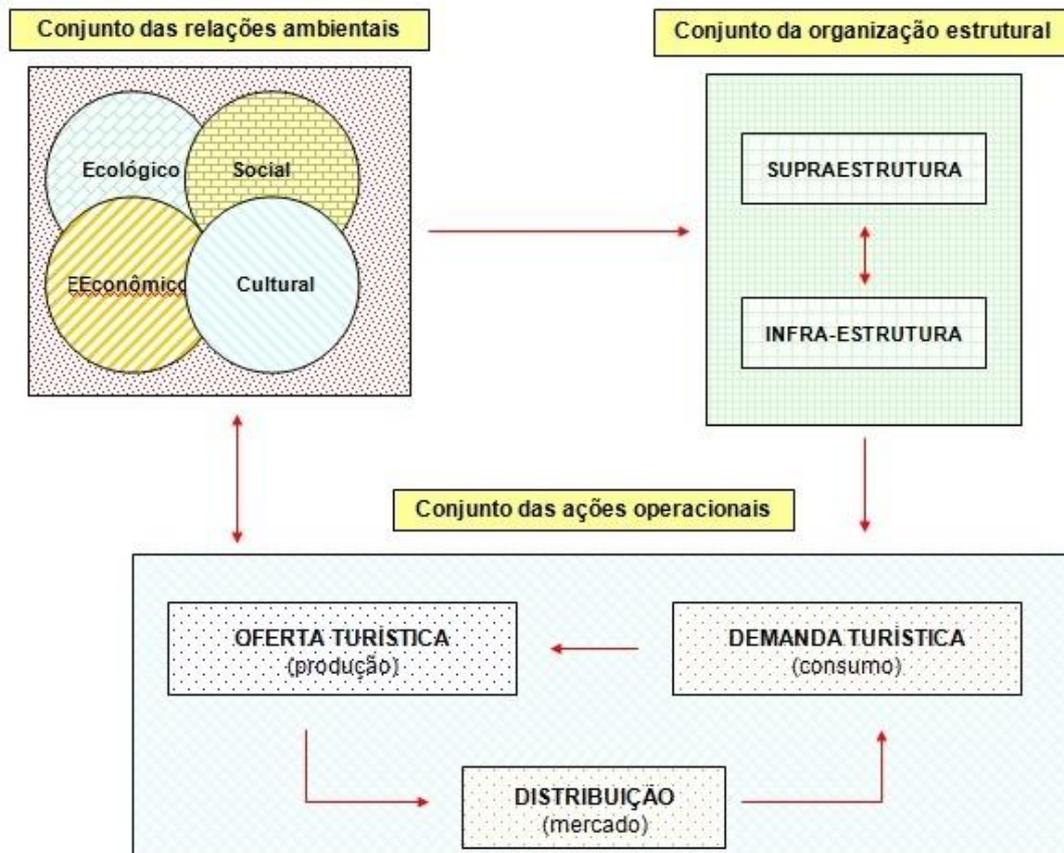
- a) saneamento básico;
- b) energia e comunicações;
- c) serviços de apoio;
- d) sistema viário e de transportes; e
- e) organização territorial urbana.

- Conjunto das Ações Operacionais: Representa o subsistema do Mercado. Compreendendo oferta e demanda, e os processos de produção, distribuição e consumo. Analisam-se, nesse subsistema, os seguintes setores:

- a) áreas de captação dos consumidores (origem dos turistas);
- b) localização concentração, estrutura e características do tráfego turístico.
- c) caracterização, classificação e evolução dos fluxos turísticos;
- d) expansão ou retração de fluxos;
- e) variação estacional da demanda;
- f) oferta e ocupação de equipamento hoteleiro e extra-hoteleiro;
- g) avaliação dos produtos turísticos;
- h) avaliação e rentabilidade dos investimentos necessários à evolução da demanda e da renda nacional;
- i) avaliação das unidades produtivas de bens e serviços turísticos;
- j) circuitos distributivos e estratégias de distribuição de bens e serviços turísticos;

- k) processo de decisão de compras; e
- l) consumo turístico e efeitos sobre a renda nacional

Figura 2: SISTUR- Modelo Referencial



Fonte: Beni (2001)

Uma vez conhecidos elementos constitutivos das relações do sistema, pode-se partir para a elaboração do prognóstico da situação da área receptora, que necessariamente exigirá eventuais ajustes para atingir as condições propícias ao desenvolvimento da região.

1.2 Desenvolvimento Regional, Competitividade e Aglomerações Produtivas

As recentes abordagens de desenvolvimento regional constituem-se de uma base territorialista e endógena que tem como enfoque a mobilização dos recursos e agentes em prol da geração de melhorias e benefícios à população.

Os estudos da economia regional moderna tem dado destaque às economias de aglomeração, relacionando o crescimento local de uma determinada região com a sua estrutura econômica. (FOCCHIZATTO e VALENTINI, 2010).

Observa-se, portanto, a visibilidade de novos enfoques no que se refere à questão do desenvolvimento regional. O desenvolvimento, que até então era pensado a partir da perspectiva exógena⁷, apresenta um novo modelo realizado de baixo para cima, ou seja, parte das potencialidades dos próprios atores locais, o chamado desenvolvimento endógeno. (AMARAL FILHO, 1996)

Podemos entender desenvolvimento regional como um processo de mudança estrutural localizado, que tem como finalidade o progresso⁸ permanente da região, da comunidade regional. Esse modelo tem objetivo triplo: *i*) o aperfeiçoamento do território, entendido como sistema físico e social de estrutura complexa (com diversidade de subsistemas), dinâmico e delimitado; *ii*) aperfeiçoamento da sociedade ou comunidade que habita o território que serve de referência de identidade e cultura e *iii*) o aperfeiçoamento de cada pessoa que pertence a essa comunidade e habita esse território (ALBUQUERQUE, 2001; HADDAD, 1989 *apud* BITTENCOURT, 2011)

Dallabrida e Becker complementam a definição de desenvolvimento local/regional:

O Desenvolvimento Local/regional refere-se a um determinado processo de territorialização que contempla a dimensão da reterritorialização, capaz de estimular as potencialidades e contribuir para superação dos desafios locais/regionais, que privilegie a dimensão da inclusividade, capaz de eliminar privações ou não-liberdades, capaz de promover os atores/agentes regionais à condição de sujeitos, que envolva os territorializados, os que estão em processo de desterritorialização e os já desterritorializados, potencializando sua capacidade de auto-organização, implementando uma dinâmica territorial do Desenvolvimento mais autônoma, não privatista, menos desigual e segundo a lógica da sociedade. (DALLABRIDA e BECKER, 2003, p.206)

⁷ Ao analisarmos a teoria tradicional do crescimento sob ótica da teoria macroeconômica do desenvolvimento, constatamos que esta considerava apenas fatores exógenos na determinação do crescimento na qual o volume de produção era determinado por dois fatores: capital e trabalho. Já na nova teoria do crescimento são considerados fatores endógenos como: conhecimento, informação, capital humano, pesquisa e desenvolvimento, etc. (AMARAL FILHO, 1996)

⁸ Sobre a historicidade do conceito veja-se LE GOFF, Jacques. "Progresso/Reação". Trad. Irene Ferreira. In: *História e Memória*. Campinas, Unicamp, 1990, p. 256.

Somente quando o desenvolvimento parte das potencialidades socioeconômicas do local, promovendo ganhos de baixo para cima e priorizando os interesses de grupos regionais ou locais, pode-se afirmar que se trata de um modelo de desenvolvimento endógeno.

Corroborando com esta idéia, Barquero (2001), afirma que o processo de desenvolvimento endógeno figura como um instrumento de crescimento econômico, ao ser arquitetado principalmente sobre os recursos localmente disponíveis, ou seja, utiliza seu próprio potencial para conduzir a melhoria da qualidade de vida da população em geral, integrando o social ao econômico, bem como as potencialidades da ecologia local e da valorização da força de trabalho.

Dessa forma, pode-se entender desenvolvimento endógeno como um processo liderado pela comunidade local. É a capacidade de utilização do potencial local, de sistemas de relações e recursos próprios para melhoria do nível de vida da população. Ademais, o desenvolvimento endógeno é capaz de propiciar um ambiente econômico e institucional de cooperação entre as organizações do território para a competitividade no mercado globalizado. (BARQUERO, 2001).

Cassiolato e Lastres (2004) apontam os arranjos produtivos como uma articulação que atende às necessidades dos processos de desenvolvimento endógeno local. Os autores afirmam que os arranjos produtivos são sistemas produtivos e inovativos locais detentores de fatores como interação, cooperação e aprendizagem. Estes fatores quando bem geridos tem o poder de potencializar a capacidade de inovação endógena, gerando competitividade e desenvolvimento local.

Dessa forma, o desenvolvimento econômico seria uma consequência da utilização do potencial gerado regionalmente pela incorporação das economias externas nos processos produtivos. (BARQUERO, 2001)

Góes e Guerra (2008) explicam que as políticas de desenvolvimento local, com destaque àquelas que incentivam os Arranjos Produtivos Locais (APLs), constituem uma resposta imprescindível aos desafios emergentes do novo padrão sócio tecnológico de produção e pelas novas estratégias de desenvolvimento regional endógeno.

Existem diversas sinonímias empregadas para denominar estes arranjos e concentrações produtivas, entre elas pode-se citar: distritos industriais, de Alfred Marshall - um dos primeiros a tratar do assunto; *cluster*, denominação empregada

por Porter e difundida por muitos autores; arranjo produtivo local, utilizado pela primeira vez por Lastres.

O ponto central da análise de Porter é o conceito de competitividade. O autor defende que para se obter a prosperidade econômica nacional, a visão de “nação competitiva” deve ser abandonada, pois é a produtividade das empresas o que realmente influencia e determina os níveis da prosperidade econômica de um país. (PORTER, 1993)

Seguindo a visão porteriana, Musa (2001) destaca que competitividade nada mais é do que a produtividade com a qual os recursos são desenvolvidos, que indicam a existência de fatores como qualificação de recursos humanos, capital social e ativos físicos.

Silva (2004) afirma que é preciso identificar os determinantes da produtividade e o ritmo do crescimento dessa produtividade, focando nas indústrias específicas e nos segmentos da indústria, buscando o que o autor denomina “inovação”, ou seja, maneiras novas e melhores de competir numa indústria.

Dessa forma, um país obtém êxito na competição internacional em função dos determinantes da vantagem nacional os quais modelam o ambiente no qual as empresas competem e que promoverão, ou impedirão, a criação de vantagem competitiva. (GALÃO et.al 2008).

Ao discorrer sobre competitividade nacional, Porter (1999), destaca a importância dos agrupamentos:

[...] concentrações geográficas de empresas inter-relacionadas, fornecedores especializados, prestadores de serviços, empresas em setores correlatos e outras instituições específicas (universidades, órgãos de normatização e associações comerciais), que competem mas também cooperam entre si. [...] Um aglomerado é um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares. O escopo geográfico varia de uma única cidade ou estado para todo um país ou mesmo uma rede de países vizinhos. (PORTER, 1999, p. 209-211).

Os aglomerados influenciam a competição entre as organizações de três maneiras: pelo aumento da produtividade das empresas; pelo fortalecimento da capacidade de inovação e conseqüente aumento da produtividade; e pelo estímulo à

formação de novas empresas, que reforçam a inovação e ampliam o aglomerado. (PORTER, 1998).

A produtividade configura-se como característica vital de um aglomerado, devido ao fato de que as empresas inseridas em um agrupamento tendem a ter um acesso facilitado aos insumos especializados. Além disso, estas empresas tendem a subcontratar alguns serviços, fazendo com que as outras empresas se especializem para produzir mais e barato, gerando, dessa forma, vantagem competitiva. Outro fator que configura a instalação de mais uma vantagem competitiva é o inerente à mão-de-obra especializada e barata, característica de um aglomerado produtivo. (GALÃO et.al 2008)

Os aglomerados, portanto, exercem papel determinante no fortalecimento das pequenas e médias empresas, as PME's, pois se inserem como alternativas para a resolução dos problemas que afetam a competitividade nas pequenas e micro empresas, haja vista que, mesmo considerando a significativa importância destas para o desenvolvimento econômico, ainda existem muitas barreiras e entraves para a consolidação e crescimento de alguns setores produtivos.

Contudo, apesar de o desenvolvimento de um cluster e/ou aglomerado ter potencial de proporcionar grandes êxitos para a localidade onde se instala, o sucesso dos agrupamentos está diretamente relacionado com a maturidade econômica e educacional da região na qual está inserido, conforme explica Porter (1998),

O desenvolvimento de aglomerados que funcionem bem é um dos passos essenciais na evolução de uma economia avançada. Nas economias em desenvolvimento, a formação dos conglomerados é inibida pelo baixo nível de educação e de qualificação do pessoal local, pelas deficiências tecnológicas, pela falta de acesso ao capital e pelo subdesenvolvimento das instituições. (PORTER, 1998, p.245)

Portanto, a implantação de um *cluster* não é garantia de desenvolvimento, se a região não oferecer o suporte necessário às empresas do aglomerado. A proposta de Porter é que o Estado exerça papel atuante de assistência às organizações das regiões em desenvolvimento.

Ainda no sentido de promover o desenvolvimento econômico, no Brasil, têm ocorrido iniciativas de fomento aos arranjos produtivos locais, os APL's. Para

Spinola (2002) tais iniciativas tem grande valia, haja vista que nesse tipo de aglomerado, são valorizados os papéis desempenhados pelas instituições de coordenação, o que não ocorre nos *clusters*, devido ao fato de que estes se atermem somente a aglomeração de empresas do mesmo setor de atividade no local.

Já os Sistemas Produtivos e Inovativos Locais são aglomerações em que a interdependência resulta em interação, cooperação e aprendizagem, potencializando a capacidade inovativa, e por conseqüência, a competitividade e o desenvolvimento local.

Observa-se, portanto, a significativa importância da inovação nos processos produtivos. Schumpeter (1997) explica que o lucro extraordinário ocorre devido ao processo de inovação, de modo que é possível alcançar lucros comparados aos lucros de monopólio. E acrescenta que é o produtor que inicia a mudança econômica e não o consumidor, de modo que os consumidores são ensinados pelos produtores a querer bens novos.

Ao tratarmos de arranjos produtivos locais, as principais questões a serem discutidas, estão relacionadas à dimensão local para a inovação e, portanto, dos arranjos locais, bem como das políticas de estímulo e promoção destes modelos criando novos vínculos.

Cassiolato e Lastres (2004), definem arranjos produtivos locais como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. E complementam,

[...] geralmente, os APL's envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (CASSIOLATO e LASTRES, 2004, p.5)

Para o SEBRAE (2006), um Arranjo Produtivo Local caracteriza-se pela aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal. Para isso, é preciso considerar a dinâmica do território em que essas empresas estão inseridas.

Tomazzoni (2008) ressalta que, em um APL, os valores comuns não se limitam apenas a um mapa geográfico, pois o território econômico é muito mais abrangente e rico. Promove o respeito aos valores culturais e a preservação das identidades, pois, mesmo frente à globalização, o conhecimento é mais tácito, mais localizado, especializado, exclusivo. Contudo, não se deve desconsiderar o que se passa no mundo, pois, para a formação socioeconômica, é preciso que haja constante interação.

Sachs (2003) explica que os APLs comportam diferentes graus de integração e que os clusters seriam sua forma mais elaborada. Contudo, a mera concentração geográfica de empresas de um mesmo setor não determina o tipo de relações de produção e de redes de colaboração existentes entre elas, nem permite avaliar a intensidade dos conflitos sociais presentes.

Estas estruturas podem ser consideradas um novo mecanismo para o desenvolvimento local e regional devido à cooperação existente, que proporciona vantagem competitiva para as empresas que nele estão inseridas.⁹

O tipo de vantagem competitiva locacional retroalimentável¹⁰ dos APLs está relacionado principalmente com a capacidade inovativa das firmas, com o acesso a ativos e serviços complementares, com a facilidade de difusão de conhecimento especializado no local e com a imagem regional, assim como na capacidade das firmas reagirem coletiva ou individualmente a ameaças e oportunidades. Quando a localização pode proporcionar vantagens desse tipo, satisfaz-se mais uma condição necessária para a definição de APL.(BNDES,2014- p.36)

Os APL's podem ser horizontais, que tem como principal característica a concentração de diversas atividades similares, que compartilham os recursos disponíveis na região; ou verticais, caracterizados Por parcerias entre as indústrias produtoras de bens de consumo e as indústrias produtoras de máquinas e equipamentos para aquela indústria. (RODRIGUES, 2001)

Contudo, Tomazzoni afirma que estudos realizados por meio do sistema de APL, identificaram que há uma resistência cultural entre as organizações nacionais

⁹ Ver CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luis Henrique. Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 1999.

¹⁰ Para que um APL se mantenha competitivo é necessário que suas vantagens competitivas se realmente com seu próprio crescimento, de forma a manter algum diferencial competitivo com as aglomerações de menor participação em seus mercados e que estão sempre atentas a imitar produtos e processos bem sucedidos desenvolvidos no APL.

em formar parcerias e intercâmbios de interesses. O autor questiona o fato de a cooperação não ser assimilada facilmente, já que normalmente, decorre de um processo de crises. E complementa,

Para a efetividade dos arranjos produtivos, é preciso fazer com que as entidades e as empresas superem as rivalidades entre si. (...) A chave para a cooperação é motivar de alguma forma, mostrando às empresas os ganhos coletivos que participações, por exemplo, em uma feira podem proporcionar.(TOMAZZONI, 2008, p.52)

Devido à capacidade de promover desenvolvimento, os modelos de APL se espalharam pelo mundo como uma meta para as políticas públicas, haja vista que os governos podem não apenas promover, como também viabilizar o surgimento dos APLs.

A ação pública deve negociar com os representantes das empresas locais, a fim de criar incentivos para que as empresas cooperem em prol do seu próprio interesse. Assim, pode-se propor que a existência de uma aglomeração de empresas de um mesmo setor ou cadeia, somada ao apoio público capacitado e negociado com os representantes é condição suficiente para a existência de um APL. (BNDES, 2014)

Dessa forma, segundo BNDES (2014), podemos destacar as condições necessárias para se constituir um APL:

aglomeração + representantes + apoio público ⇒ APL

O Desenvolvimento Endógeno emerge, portanto, como uma alternativa para diminuir os desequilíbrios e disparidades regionais, através da valorização das potencialidades locais. Esse processo pode ser dinamizado pela organização das empresas no formato de arranjos, o que permite agregar valor aos seus produtos, obter vantagens competitivas e compartilhar inovações que possibilitem avanços conjuntos, proporcionando um novo dinamismo econômico para o território e tornando o processo de desenvolvimento dentro do sistema capitalista menos excludente.

No âmbito do turismo, podemos afirmar que o mesmo configura-se como atividade propícia à formação de arranjos produtivos locais e clusters, pois é composta por diversos produtos e serviços oferecidos por diferentes organizações e acabam por absorver outros agentes sociais da localidade como órgãos públicos, associações de classe, instituições de ensino e a própria comunidade. (LEMOS et.al. 2007)

O próximo item discorre sobre a composição destes arranjos como propulsores do desenvolvimento do setor turístico.

1.3 Arranjos Produtivos Locais em Turismo: APL - TUR

O atual cenário tem feito com que atrativos turísticos locais concorram em desvantagem com atrativos de porte regional, nacional ou internacional. Através de decisões estratégicas, num processo integrado, podem ser tomadas medidas compensatórias para intensificar o nível de competitividade regional (LEMOS et.al. 2007).

A produção cooperada aliada à inovação, pode ser entendida como a base sobre a qual se sustentam os aglomerados produtivos, e dessa forma, torna possível às pequenas e médias empresas (PMEs) uma atuação mais competitiva e abrangente.

Tomazzoni (2008) explica que o objetivo do APL é estudar o conjunto de empresas, pois elas são o foco da inovação, submetidas às limitações dos condicionantes macroeconômicos. Para o autor, são os aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais que devem ser analisados. A metodologia do APL sistematiza informações para a elaboração de projetos, permitindo diagnosticar uma rede de organizações e os respectivos elos, possibilitando fortalecer os já existentes, complementar o arranjo com os elos faltantes e agindo de forma eficaz nos elos de valor.

O turismo é uma rede de organizações, que tanto depende dos demais setores, como a indústria (setor secundário) e a agricultura (setor primário), para desenvolver-se, quanto os promove e impulsiona de forma considerável. Para Tomazzoni (2008), o turismo incorpora em sua cadeia produtos e serviços de todos os demais setores, como, por exemplo:

- equipamentos e infra-estrutura, como veículos para transporte (automóveis, ônibus, aviões, trens, navios);
- material de construção para hotéis e restaurantes; móveis e utensílios para lojas e para equipamentos de alimentação e hospedagem;
- vestuário para os diferentes climas do planeta
- alimentos e bebidas, etc.

O autor complementa que a cadeia produtiva do turismo em forma de *cluster*, é resultado da soma de inter-relações entre as diversas organizações, agrupadas em sistemas e em subsistemas. Essa busca por cooperação e união seria uma forma de sobreviver em meio a inúmeros riscos e rápidas e surpreendentes transformações e mudanças, num mundo em inevitável processo de globalização.

Beni nos traz a seguinte definição,

Cluster turístico é o conjunto de atrativos com destacado diferencial turístico, concentrado num espaço geográfico delimitado dotado de equipamentos e serviços de qualidade, de eficiência coletiva, de coesão social e política, de articulação da cadeia produtiva e de cultura associativa, e com excelência gerencial em redes de empresas que geram vantagens estratégicas comparativas e competitivas (2001, p. 74)

Segundo Cunha e Cunha (2005), os agentes de um cluster turístico se movem por densas relações de interação, cooperação e competição: em nível de firmas (fornecedores, clientes e competidores); de mesoinstituições (instituições públicas e privadas e representantes da sociedade civil); de macro instituições (estratégias e políticas macroeconômicas); e de estruturas socioculturais (habilidades dos atores sociais em formular visões e estratégias de desenvolvimento sustentável).

Destaca-se o Arranjo Produtivo Local – APL, como um tipo especial de *cluster*. Tomazzoni (2008, p.136) esclarece que

O APL é um modelo teórico de análise da realidade, considerando a competitividade e a inovação, a partir da articulação entre empresas e organizações como de ensino e governamentais. A realidade das redes é dinâmica, e os sistemas de inovação funcionam de forma diferenciada, de acordo com os atributos do contexto regional, considerando-se os componentes ou elementos socioeconômicos, culturais e ambientais. Os critérios centrais do método de estudos organizacionais do APL são a territorialidade, a cooperação e os desafios e dificuldades para a articulação das relações de intercâmbio entre as organizações.

O conceito de Arranjo Produtivo Local - (APL), que nasceu da idéia de aglomerado de empresas de um mesmo setor, ou de segmentos afins, visa a proporcionar subsídios para a gestão do desenvolvimento do turismo por várias organizações em diversas regiões do Brasil.

Para Paiva (2005), o Arranjo Produtivo Local configura-se num círculo virtuoso sem fins preestabelecidos, pois à medida que a aglomeração cresce, atrai para o seu entorno produtores de insumos e de matérias-primas para as empresas. A especialização das atividades, a qualificação dos trabalhadores e a oferta de serviços técnicos são fatores de dinamização da aglomeração e de consolidação do APL. O autor defende que estes arranjos configuram uma forma de reduzir a concentração de produção e de mercado pelos oligopólios, o que tornaria a competição e a concorrência, fatores de desenvolvimento econômico, por meio de estratégias de fomento dos APLs, com apoio de políticas públicas.

A união de todos os agentes e as vantagens competitivas geradas é o que se configurará na competitividade do APL de turismo.

(...) competitividade do turismo é a capacidade dos agentes de interferir nas atividades do turismo de interferir em um país, região ou zona turística, para atingir suas metas acima da média do setor de uma forma sustentada e sustentável, o que pode ser alcançado por concessões lucrativamente financiadas acima da média do setor, e por ganhos sociais e ambientais como consequência de intervenções de organizações e instituições públicas, além de obter a máxima satisfação do turista. Assim, o objetivo último da competitividade é atender da melhor forma possível às expectativas de todos os agentes que participam na atividade de turismo (SILVA, 2004, p. 374).

Cunha e Cunha (2005) esclarecem que as vantagens das redes de cooperação nas atividades de turismo permitem a efetiva exploração da eficiência coletiva, das economias externas às empresas e o aumento da capacidade de negociação com fornecedores de insumos e componentes devido à coletividade.

A vantagem competitiva, segundo Oliani (2011), consiste na capacidade que o destino turístico tem para utilizar os seus recursos de forma eficiente a médio e longo prazo. Pois, um destino com poucos recursos turísticos que os emprega da forma adequada, pode ser tão competitivo ou mais do que outro que conta com uma grande variedade de recursos e, no entanto, não os emprega de forma eficiente.

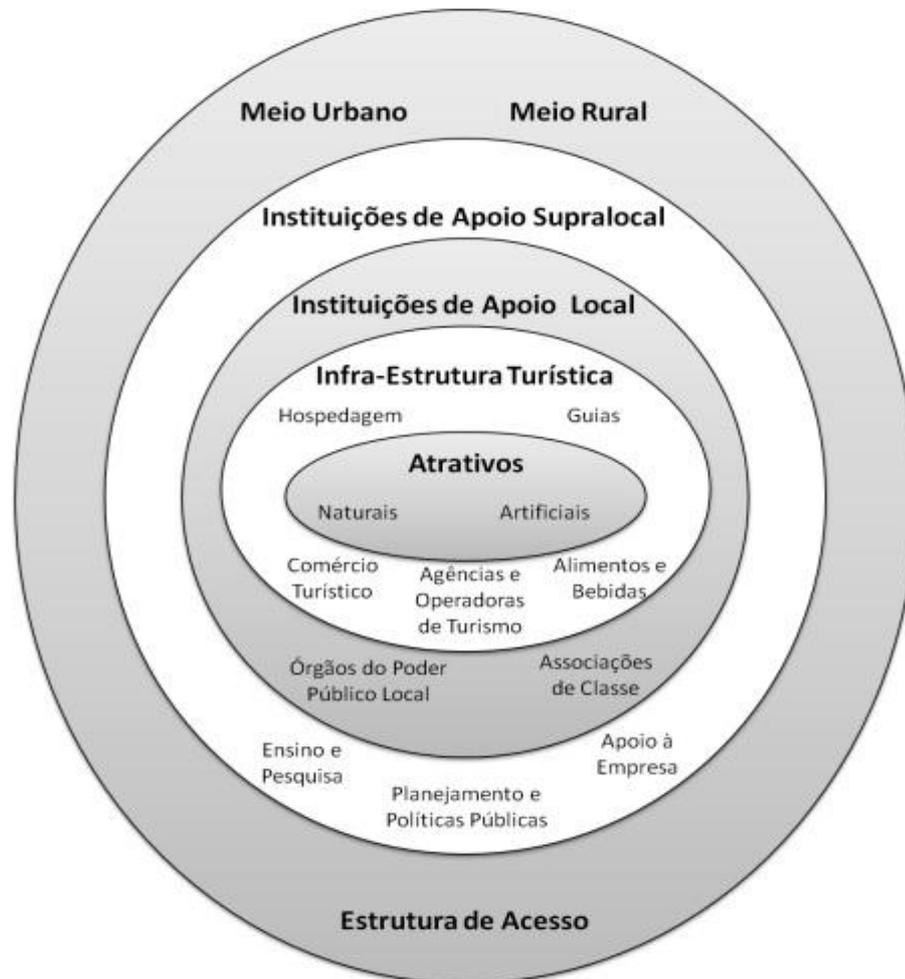
Como já citado anteriormente, as relações entre os elementos de um APL podem ser fundamentadas em verticais ou horizontais:

Horizontal - pela formação de alianças estratégicas, cujos acordos podem ser de dois tipos, de um lado os acordos entre empresas que se dedicam à mesma atividade principal, ou seja, entre empresas que se dedicam ao alojamento, à animação, ao transporte ou à restauração (alimentação); de outro lado, os acordos entre empresas que se dedicam em satisfazer ao mesmo grupo de clientes, mas proporcionando-lhes distintos componentes do produto (serviços turísticos).

Vertical - através da formação de redes estratégicas, onde ocorre o estabelecimento de uma relação fornecedor-cliente unilateral entre os sócios, de tal modo que as atividades objeto do acordo são realizadas por uma das partes, que cede o seu *output* a outra em troca de uma contraprestação. (RODRIGUES, 2001, p. 307)

Barbosa e Zamboni (2001) explicam que a estrutura de um cluster de turismo compõe-se de cinco anéis (figura 03): um núcleo central, com os principais atrativos e atividades econômicas relacionadas ao turismo; logo após, a infraestrutura receptiva e de acesso; seguidos de outras esferas circundantes, tais como: Secretaria Municipal de Turismo (apoio local); Universidades (apoio supra); Instituições de planejamento de turismo regional (apoio supra local).

Figura 3: Anéis concêntricos de um cluster turístico



Fonte: Barbosa e Zamboni (2001)

Beni (2001) destaca que um cluster de turismo não precisa ter um Plano Diretor Regional ou regras e diretrizes direcionadas para um único setor de atividade, mas é preciso ter estratégias de desenvolvimento da região.

Nesse sentido, Costa e Carvalho (2012), explicam que a gestão do turismo no Brasil contempla a ideia de desenvolvimento integrado, pois tem suas estratégias consubstanciadas no Plano Nacional de Turismo (PNT) e no Programa de Regionalização do Turismo (PRT) e ambos primam pela estruturação, promoção e comercialização de produtos e serviços turísticos de forma integrada, bem como pela gestão participativa.

Tomazzoni destaca que,

Os projetos de municipalização e de regionalização do turismo do governo, por meio do Ministério do Turismo do Brasil, foram, por um lado, demonstrações de que existe a atuação do Estado como agente do desenvolvimento do turismo nacional. (2008, p.65)

De acordo com o MTur, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, tem como premissa, promover formas de coordenação entre organizações sociais, agentes econômicos e representantes políticos, superando a visão estritamente setorial do desenvolvimento, visando à integração regional através de projetos de valorização e inclusão social no desenvolvimento do turismo, fortalecendo a inserção socioeconômica da população local nas atividades relacionadas com o turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007)

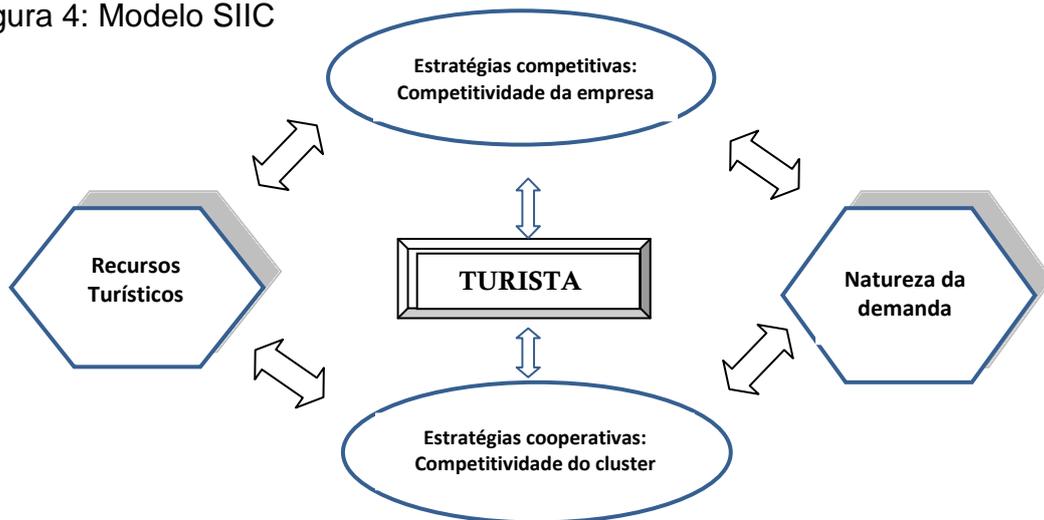
Porém, devido ao fato desses tipos de agrupamento de atividades produtivas exigirem um nível de organização elevado dos atores e das empresas da cadeia produtiva, a identificação de clusters no Brasil envolve dificuldades, pois em economias menos desenvolvidas, são raramente observados ou passíveis de imediata identificação. (SOUZA e NETO, 2007)

Os autores complementam que a existência de segmentos pouco competitivos, tecnologias atrasadas e “falhas” de mercado, resultam em dificuldades de articulação entre aos atores e, dessa forma, torna-se mais pertinente a identificação de arranjos potenciais, ou seja, agrupamentos setoriais que se encontram em estágios iniciais e que deveriam ser estimulados para um melhor aproveitamento econômico das potencialidades regionais existentes

Toledo et.al (2002), elaboraram o modelo SIIC - Sistema Interfuncional Integrado da Competitividade de Destinos Turísticos - que constitui-se de cinco elementos que, segundo eles, quando gerenciados de forma correta tem o potencial de alavancar o destino turístico. São eles: recursos turísticos; natureza da demanda; estratégia cooperativa; estratégia competitiva e estratégia de relacionamento com o turista. Para os autores, esses elementos atuam de forma inter-relacionada no sistema turístico.

Podemos entender por estratégias cooperativas aquelas que promovem a integração das empresas envolvidas, criando sinergia de resultados. Já aquelas desenvolvidas por cada empresa do cluster isoladamente são as estratégias competitivas. “A estratégia cooperativa depende das estratégias competitivas empreendidas por cada empresa.” (TOLEDO et. al 2002)

Figura 4: Modelo SIIC



Fonte: própria autora, adaptado de Toledo, Valdes, Pollero (2002)

Os componentes Natureza da Demanda e Recursos Turísticos constituem as condições básicas para o desenvolvimento de um destino. Os outros componentes - Estratégias Competitivas, Estratégias Cooperativas e Estratégias de Relacionamento com o Turista – resultam na Vantagem Competitiva do sistema turístico.

Dessa forma, este estudo busca analisar estes elementos sob o aspecto das relações existentes no sistema turístico de Ponta Porã. Para tanto, o próximo capítulo dedica-se a conhecer e entender a atividade turística na área receptora estudada.

2 A ATIVIDADE TURÍSTICA NA FRONTEIRA PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO

2.1 Território e Fronteira: Breves aportes conceituais

O conceito de fronteira é comumente associado à ideia de limite que determina territórios e estabelece descontinuidades, impedindo a livre comunicação e contato entre os povos que habitam esses espaços. Nesse sentido, Raffestin (1993) conceitua a fronteira como uma categoria político-administrativa, uma linha imaginária que tem por função separar dois países. O autor defende que a fronteira é alvo de manipulação por parte dos Estados-Nações, que a transformaram em um símbolo que comunica uma ideologia, uma advertência.

Ramalho e Oliveira (2010) corroboram desta idéia afirmando que é necessário reconhecer que as fronteiras são limites estatais, nascidas de necessidades políticas, mas que ao longo dos tempos agregou diversos valores e significados, que transformou suas funcionalidades e, conseqüentemente, as interpretações que se seguiram sobre elas. Porém, devemos entender que são possuidoras de territórios próprios e que o Estado-Nação prescinde integridade, seja física, lingüística, de forças armadas, de leis, etc. O Estado existe e o território é umas das primeiras condições de sua existência.

As fronteiras podem ser entendidas como arcabouços estruturais e elementares dentro de um espaço delimitado e tem a função de incerteza e descontinuidade de cunho geopolítico. Foucher (2009) explica que a fronteira delimita os registros socioespaciais, simbólicos e socioculturais, que se expressam nas frestas do real, no intrincado exercício do poder por parte do Estado, no constructo simbólico e imagético que identifica uma região da outra.

Já termo 'território' possui interpretações de diferentes perspectivas, como a jurídico-política segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; cultural, “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”; e econômica, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”;. Em termos econômicos, esta

terminologia "ênfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho" (HAESBAERT, 2013, p. 177).

Para Souza e Gemelli (2011), território e região, enquanto categorias de análise geográfica são indissociáveis, não podendo ser analisadas separadamente, uma vez que possuem estreita relação devido ao fato de que o movimento do território está intimamente ligado ao movimento de construção, de desconstrução e de reconstrução de novas regiões.

É importante diferenciar os conceitos de espaço e região. Souza (1981), explica que a principal característica da região é ser contígua, enquanto que o espaço pode apresentar descontinuidades, como no caso do espaço econômico. O autor afirma que o espaço pode ser dividido em geográfico (solo, relevo, atmosfera, vegetação); matemático (lugar abstrato das relações entre variáveis independentes, que exclui representação geográfica) e econômico (aplicação do espaço matemático ao geográfico). No que se refere à região, Souza esclarece que não há uma definição específica segundo seu tamanho, no entanto, supõe-se que seja um subsistema do sistema nacional. Desta forma, a região deve ser contígua, e todo o espaço nacional deve ficar contido em alguma de suas regiões.

A partir do momento em que há a construção do espaço geográfico por determinada sociedade, se dá também a formação do território, que nada mais é do que a expressão da apropriação e das relações (abstratas) que ocorrem no espaço geográfico entre os indivíduos, envolvendo poder. (RAFFESTIN, 1993).

Podemos, portanto, definir território como um espaço social, historicamente produzido e organizado, permeado por relações de poder, por redes e por identidades, que estão em constante transformação no tempo. (SOUZA e GEMELLI, 2011)

Sobre essas relações, no que se refere a territórios de fronteira, Banducci (2011) explica que estes compreendem redes de relações e de influências sociais, culturais e políticas que transcendem os espaços locais para abranger contextos nacionais e internacionais mais amplos.

Na mesma linha de raciocínio, Cardoso de Oliveira (2005) *apud* Banducci (2011) explica que na condição de fronteira, mais do que a etnicidade, o determinante social, político e cultural, passa a ser a nacionalidade dos agentes sociais.

Sobre a fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, Martins (2009, p. 11) afirma que é uma “fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história, fronteira do humano.”

2.2 A formação histórica do território turístico na fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero

A faixa de fronteira entre os países do Brasil e do Paraguai possui, segundo dados oficiais, 1.365,4 km de extensão, sendo que 928,5 km dessa faixa são ocupados pelos rios e 436,9 km por limites secos (IBGE, 2014).

Pedro Juan Caballero localiza-se a nordeste da República do Paraguai e possui aproximadamente 88.029 habitantes. Cidade de clima tropical com temperatura oscilando entre 22 e 23°C. Os habitantes se comunicam em vários idiomas, tais como o castelhano e o guarani.

A cidade de Ponta Porã teve origem a partir de uma aglomeração urbana muito pequena denominada Punta Porá. Segundo Nascimento (2012), antes do conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, a região era de domínio do Paraguai e era habitada por povos indígenas tais como os Kaiowá e os Nhandeva. Em 1912, foi criado o município brasileiro de Ponta Porã.

Ponta Porã, atualmente está localizada no estado de Mato Grosso do Sul (BR) e Pedro Juan Caballero, no departamento de Amambay (PY), são divididas por uma faixa de quase 14 quilômetros de extensão na área urbana, conhecida como linha internacional e que corresponde ao limite entre Brasil e Paraguai.

O município tinha, em 2014, 85.251 habitantes, segundo a estimativa do IBGE. A população do município cresceu 40%, entre 2000 e 2014, a ritmo mais rápido que a média do Estado de MS (26%). A taxa média de crescimento anual da população de Ponta Porã neste período foi de 2,43% e a do Estado de 1,67%. (IBGE, 2014)

Figura 5: Localização de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero



Fonte: Wikipédia

O Governo Federal Brasileiro classificou as cidades de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã como “cidades-gêmeas.” Suas áreas urbanas delimitam-se por duas ruas, a Avenida Internacional, no lado brasileiro, e a Rua Dr. Francia, no lado paraguaio. Esta linha internacional pode ser observada na Figura 5.

Figura 6: Limite Internacional Brasil /Paraguai



Fonte: www.bbcnews.com.br

A primeira determinação do limite entre Brasil e Paraguai foi feita pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494, que determinou as possessões espanholas e portuguesas. (TORRECILHA, 2004)

Para Martins (2007), as origens do conflito que marca a história destes países, a Guerra do Paraguai, se encontram no processo de construção e consolidação dos Estados Nacionais no Rio da Prata onde Brasil, Argentina e Uruguai pelo Tratado da Tríplice Aliança enfrentaram o Paraguai. Segundo Doratioto (2002), o acontecimento foi um divisor na história das sociedades desses países.

Segundo Ferraro (2011), as cidades-gêmeas cresceram e se desenvolveram pela condição comercial que as diferenças e o contato no limite internacional propiciaram, gerando uma intensa dinâmica de fluxos de mercadorias e pessoas. O autor explica que a vocação comercial da região originou-se após a Guerra do Paraguai (1864 - 1870), com o início da exploração da erva mate, mas o comércio se consolidou somente a partir de meados da década de 60.

Corroborando com Ferraro, o autor Centeno (2009, p.140) explica que,

o desenvolvimento econômico do sul do Estado e da fronteira se deu, mais sistematicamente, após a Guerra com o Paraguai (1864-1870), em razão de um contexto histórico marcado por uma nova fase do modo capitalista de produção, a fase monopolista.

Essa etapa do capitalismo envolveu todo o universo, ocasionando uma nova forma de disputa por mercados.

Doratioto ressalta que, inicialmente, a mudança de regime - do Império para a República - não afetou de forma significativa o status das relações brasileiro-paraguaias, que se pautavam pelos padrões da diplomacia imperial como demonstram, por exemplo, as indenizações que eram pagas pelo Paraguai ao Brasil referentes à Guerra do Paraguai, estabelecidas pelo Tratado de Paz de 1872. Já na administração de Floriano Peixoto (1891-1894), o Estado brasileiro passou a intervir diretamente nos assuntos internos paraguaios (DORATIOTO, 2011, p. 22)

Com a liberação do Rio Paraguai à navegação, a província de Mato Grosso¹¹ passou a ter maior contato com a região do Prata e com o mercado mundial, ao mesmo tempo em que se intensificavam o fluxo de migrantes. Dessa forma, regiões ainda pouco exploradas como as da fronteira com o Paraguai, passaram a serem demarcadas e grupos expulsos para atender as necessidades de ocupação. (CENTENO, 2009)

Os ervais nativos da fronteira de Mato Grosso começaram a ser explorados desde o final da Guerra da Tríplice Aliança¹² (1864 – 1870) por Tomás Laranjeira que conseguiu, em 1882, permissão do governo imperial para explorar a erva-mate da região por ter fornecido alimentos para os combatentes desta Guerra.

Em relação às rotas que adentravam no território paraguaio, Goiris (1999) *apud* Martins (2007) assinala que a erva mate mato-grossense era transportada por “carretas tiradas por bueyes”, passando por *Punta Porá* (atual Pedro Juan Caballero) rumo a Concepción¹³, de onde seguia pelo rio Paraguai até a Argentina. Na volta, os *boyeros* (condutores das carretas de boi) levavam mercadorias de primeira necessidade, como açúcar, sal e azeite, entre outros.

Entretanto, em 1897 o Paraguai não aceitou mais estas rotas, sob a justificativa de que a erva-mate paraguaia estava sendo penalizada pela isenção de

¹¹ Em 1977 ocorreu a divisão do então Estado de Mato Grosso, dando início ao Mato Grosso do Sul.

¹² Segundo Doratioto (2002) a Guerra da Tríplice Aliança (versão paraguaia) ou Guerra do Paraguai (versão brasileira) foi o maior confronto da América Latina, que teve início e fim na região fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Assim, de Ponta Porã, que na época era território paraguaio, partiu as tropas que invadiram, por terra, o estado de Mato Grosso, dando início aos combates. Já do outro lado da fronteira, próximo a Pedro Juan Caballero a guerra teve seu desfecho, finalizando com a morte do Mariscal Francisco Solano Lopes, em Cerro Corá.

¹³ Cabe destacar que o Departamento de Amambay, foi criado em 1945. Antes desse período o território fazia parte do Departamento de Concepción, conhecida anteriormente como Villa de Concepción. (SILVA, 2009)

impostos da erva-mate brasileira que cruzava o território paraguaio com destino à Argentina, assim a logística da atividade ervateira foi reestruturada e passou-se a utilizar o porto de Corumbá.

No ano de 1892, Larangeira se associou aos irmãos Murtinho, poderosa família de políticos locais, formando a Companhia Matte Laranjeira, que passou a exercer o monopólio sobre os ervais nativos.

Ao final do século XIX e início do século XX, a economia ervateira era a principal fonte de renda tanto em Ponta Porã quanto em Pedro Juan Caballero. Exportava-se a erva-mate e importavam-se produtos de primeira necessidade como sal, açúcar, azeite, entre outros. (Martins, 2007)

Sobre o desenvolvimento das cidades, Martins (2007, p.23), salienta que:

A cidade brasileira de Ponta Porã começa a configurar-se como cidade a partir do trânsito da erva-mate. (...) Pedro Juan Caballero que nessa época era conhecido como “Paraje Punta Porã” configura-se como importante entreposto comercial, e começa a demonstrar sua vocação para o comércio. A cidade era utilizada ao final do século XIX como um lugar de descanso para as caravanas de carretas que transportavam a erva-mate da Companhia Erva-mate Laranjeira, cujas fazendas localizavam-se onde hoje estão os Departamentos de Concepción e Amambay. Esse núcleo, gradualmente origina a população do que hoje é a cidade de Pedro Juan Caballero.

Durante o auge da exploração ervateira na fronteira, Centeno (2009) afirma que através do favorecimento político, a Companhia Matte Laranjeira chegou a arrendar cerca de cinco milhões de hectares e teve uma importante atuação na economia mato-grossense, chegando, até mesmo, a conceder empréstimos ao Estado e passando assim, a exercer um controle político e econômico muito grande na região. Contudo, a partir da década de 1930 a poderosa Cia. entrou em declínio. Segundo o autor,

A década de 1930 foi desfavorável à empresa e à produção ervateira como decorrência da crise econômica e política. Afetada profundamente, o resultado foi à diminuição de suas atividades já na década de 1940. A Argentina, grande importadora da produção mato-grossense de erva-mate, ameaçava as exportações com o crescimento de suas plantações e o aumento em sua produção. (CENTENO, 2009, p.155.)

Em 1938, junto com o Estado Novo de Vargas iniciou-se a política de nacionalização do Brasil, que pretendia tornar o país uma terra de e para brasileiros e efetivamente ocupada por eles. “Um regime de caráter centralizador e autoritário foi determinante para que se implementassem políticas territoriais e se criassem territórios federais de fronteira.” (SANTOS, 2016)

A partir daí o avanço em direção aos territórios desocupados do oeste brasileiro “[...] nasceram, concretamente, da necessidade de defesa contra os perigos visualizados pelo Estado Novo, representados pelos vazios demográficos e pela existência marcante da presença estrangeira nesses espaços”. Além disso, a prática expansionista executada para essas porções despovoadas do território nacional “[...] não possuía somente uma conotação geográfica”, mas, sobretudo, “[...] ela foi amplamente marcada pela busca do domínio econômico e cultural desses territórios”. (FREITAG, 1997, p.27/28 *apud* SANTOS, 2016)

No sul do Mato Grosso o processo de formação de zonas pioneiras esteve relacionado, também, com algumas políticas do Estado Federal brasileiro. Como se sabe, essa política se desdobrou num esforço de “nacionalização” das extensas fronteiras sul-mato-grossenses com a Bolívia e, sobretudo, com o Paraguai. No tocante à fronteira paraguaia, as preocupações dos dirigentes eram maiores, haja vista a grande presença, no seio da economia ervateira, de cidadãos paraguaios e seus descendentes. Além disso, importantes setores do Estado Novo viam, na presença do empreendimento da Companhia Mate Laranjeira, um empecilho ao desenvolvimento do povoamento da região por elementos nacionais. (SANTOS, 2016, p.26)

A partir de 1943, Ponta Porã tornou-se Território Federal e, segundo Centeno (2009), o governo de Getúlio Vargas passou a rever as concessões de terras em Mato Grosso, atingindo a Companhia, que monopolizava grandes extensões.

O declínio da Mate Laranjeira acentuou-se após a auto-suficiência da produção dos ervais argentinos e com isso, a economia local foi então induzida para o plantio de café e posteriormente, para a exploração da madeira, como explica Martins (2007 p.25):

Após a queda da erva-mate, a economia pedrojuanina é impulsionada pelo plantio de café que, em 1953, ganha reforço com a instalação da Companhia Americana de Fomento Econômico – CAFÉ. Por volta de 1960, com a decadência da cafeicultura iniciam-se atividades relacionadas à exploração

madeireira. (...) Na década de 60, após o auge da exploração de madeira, o comércio ganha força fundamentado na compra de produtos importados. Nota-se conforme citação anterior, que as atividades agrícolas ainda são incipientes no período de 1950 a 1970. Nesse sentido, a vocação comercial de Pedro Juan Caballero iniciada com o transporte da erva-mate, começa a se consolidar. Inicia-se também maior povoamento do Departamento de Amambay e conseqüentemente da cidade em questão.

As mudanças ocorridas na política econômica brasileira configuraram-se em fontes de possibilidade comercial para as cidades fronteiriças paraguaias e proporcionaram efeitos em cadeia. O turismo de compras¹⁴ estimulou a comercialização dos produtos importados, a abertura de novas lojas e principalmente a atividade distribuidora desses produtos. (LAMBERTI e OLIVEIRA, 2007)

Este desenvolvimento comercial propiciou a transformação da região em um território turístico, como descrevem Martins e Banducci (2008, p.5),

A história de ocupação espacial e econômica, imigração, instalação de infraestrutura para o comércio, tratamento tributário diferenciado, presença crescente de visitantes estrangeiros, entre outros, proporcionou um processo gradativo de consolidação, na cidade de Pedro Juan Caballero, da atividade turística, induzindo nessa localidade a formação de um território turístico.

A disposição das cidades permite o trânsito constante da população através da linha de fronteira, seja função de trabalho ou em busca de serviços públicos, como saúde e educação, propiciando uma expressiva interação entre seus moradores, que compartilham vivências, costumes e valores, configurando o que os geógrafos costumam denominar territorialidade fronteiriça (Oliveira, 2005; Martins, 2007; Müller, 2008 *apud* Banducci; 2011).

No entanto, essa intensidade de relações não garante um convívio sempre pacífico entre brasileiros e paraguaios, o escritor Vitor da Rosa é enfático ao afirmar

¹⁴ A denominação turismo de compras decorre não apenas do fato dos visitantes deslocarem-se às cidades fronteiriças a fim de adquirir produtos importados, mas pelo fato da viagem compreender outros aspectos que não meramente o do consumo. [...] As compras são para consumo próprio e não com fins comerciais. Na perspectiva das pessoas entrevistadas é uma viagem a passeio. Entende-se que esse fluxo orientado para as compras pode ser chamado de turismo de compras. (MARTINS e BANDUCCI, 2008, p.3)

que o ressentimento do tempo da Guerra *Guasú*, a ‘grande Guerra’ na língua guarani, ainda borbulha no inconsciente dos vizinhos paraguaios e não sem razão. O tema da “guerra mais sangrenta da América Latina” é discutido e polemizado mais do lado de lá da fronteira, enquanto no Brasil, quando o tema chega a ser comentado, muitas vezes é manipulado. (Rosa, 2015)

Rosa (2015) explica que a maioria dos livros didáticos brasileiros peca por omitir o Tratado Secreto assinado por Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai, que segundo ele, este tratado tinha cláusulas comprometedoras, como, por exemplo, acabar com a soberania paraguaia perante seus rios e responsabilizar o país pelas dívidas da guerra – dívida que, de fato, os paraguaios pagaram até 1943, ocasião em que foi perdoada pelo governo de Getúlio Vargas.

Banducci reafirma a idéia de que as relações de vizinhança são conflituosas ao descrever que,

Existe uma rivalidade histórica, que advém do período da Guerra com o Paraguai, em função da qual são disseminadas imagens negativas do Brasil, visto como nação imperialista e usurpadora de territórios, enquanto que seu povo é tido como arrogante e presunçoso. Os brasileiros, por seu lado nutrem uma imagem do Paraguai como país atrasado, subdesenvolvido, com um povo pouco empreendedor, violento e desleal. Essas representações e estereótipos são alimentados pela presença marcante do turismo de compras em Pedro Juan Caballero que, centrado no comércio de produtos importados, mobiliza a economia e o cotidiano das duas cidades, atraindo para a região um volume considerável de visitantes provenientes de Mato Grosso do Sul e de estados vizinhos. É também o turismo, e o comércio de importação a ele associado, que coloca esse pequeno território fronteiriço no contexto mais amplo da economia global e em sintonia com as novidades do mercado internacional. Juntamente com a importação de produtos da mais alta tecnologia atrai para a região capital estrangeiro, desencadeando um movimento migratório importante, que inclui comerciantes de origem árabe, asiática e brasileira que ali instalam pequenos negócios e empresas. Esses investimentos mobilizam, por sua vez, trabalhadores fronteiriços brasileiros e do interior paraguaio, que para ali se dirigem em busca de oportunidades de emprego para si e seus familiares. O turismo, portanto, promove novos arranjos territoriais, mobilizando pessoas, capital e bens simbólicos, alimentando as referências sobre o “outro” e reordenando as situações de contato e interação. (2011, p.11)

Aquém das tensões existentes, o hibridismo local permite que paraguaios e brasileiros vivenciem uma realidade internacional sem limites, na qual se misturam e complementam as culturas, os hábitos, os problemas etc. Uma das maiores

características que marca a intensidade dessa relação, é que boa parte dos moradores fala até três línguas: português, espanhol e o guarani¹⁵. Além disso, o cotidiano faz com que sejam criados laços de parentescos e relações de amizades. Tudo isso faz com que a identidade intercultural, a relação de troca e o contato entre as diferentes culturas das duas cidades se manifestem na mescla entre ‘ser brasileiro’ e ‘ser paraguaio’, surgindo uma nova identidade, o ‘ser *brasiguai*’.¹⁶

Outro exemplo de hibridismo é a integração monetária. Dólar, Real e Guarani circulam sem restrições nas duas cidades, apesar da legislação de ambos os países coibir tal prática. Diferentemente de Ponta Porã, que sofre pesadas taxações alfandegárias, os baixos impostos para produtos importados em Pedro Juan Caballero impulsionam investimentos que possibilitam inúmeras opções de comércio de rua. Apesar da desvantagem de cobrar preços mais elevados que os de Pedro Juan Caballero, o comércio de Ponta Porã consegue sobreviver especialmente por quatro motivos: Oferta de créditos – oportunidade de comprar a prazo e com juros baixos; Nota fiscal – muitas lojas no Paraguai não oferecem notas ou as mesmas não são aceitas como comprovantes no Brasil; Qualidade – devido à boa fiscalização, alguns produtos são preferencialmente comprados no Brasil principalmente alimentos e gasolina; Câmbio – dependendo da taxa de troca entre Real e Guarani, alguns produtos brasileiros podem ficar circunstancialmente mais baratos que os do Paraguai. (SEGALA, 2014,p.16)

Atualmente, boa parte das atividades econômicas dos municípios é dependente do turismo de compras. Fato este, que torna a economia local muito instável e flexível, visto que a atividade é vulnerável às oscilações cambiais. “Pode-se dizer que a fronteira é a região mais sensível do Estado aos acontecimentos que se dão no cenário internacional.” (FERRARO, 2010).

Esse contexto enquadra-se nas pontuações de Magalhães (2002), quando o autor explica que os lugares em que o aumento acelerado da procura originou modificações rápidas nas circunstâncias econômicas e sociais e/ou lugares que dispõem de recursos que podem ser aproveitados para dinamizar o turismo e que ainda não foram utilizados, configuram-se em locais que a atividade turística necessita ser planejada buscando desenvolver a localidade, no sentido de adequar a procura à capacidade de carga e otimizar a oferta do destino.

¹⁵ A Constituição de 1992 tornou o Paraguai o único país que tem o Guarani como língua oficial.

¹⁶ Para mais informações sobre as questões identitárias dessa fronteira, ver Segala, Karin (Coord.)

Desenvolvimento local sustentável: estudo de caso – Ponta Porã MS: Convention & Visitors Bureau. Rio de Janeiro: IBAM; Fomin/BID, 2014.

2.3 Atual cenário do turismo em Ponta Porã-MS

Ponta Porã é uma divisa estratégica para o Brasil e é considerado um dos centros turísticos de Mato Grosso do Sul. O município se localiza na Zona da Serra de Maracaju, uma zona produtiva, onde são recomendadas “oportunidades de integrar estratégias de ampliação e implementação de áreas protegidas ao pagamento por serviços ambientais a manutenção do turismo”. (ZEE, 2015).

No período de 1999 a 2000, foi desenvolvido o Plano de Desenvolvimento Turístico de Mato Grosso do Sul - PDTUR/MS, que adotou a "regionalização" como estratégia de desenvolvimento, dividindo o Estado em nove Regiões Turísticas, dentre as quais o município de Ponta Porã foi alocado na região denominada “Caminhos da Fronteira”. (MERIGUE, 2005)

Além do PDTUR/MS, outros programas foram instituídos, visando fomentar o setor turístico como alternativa de desenvolvimento, uma vez que o Estado constituiu-se em um relevante destino do turismo brasileiro, por possuir uma multiplicidade de destinos, tais como: o Pantanal sul mato-grossense; a região da Serra da Bodoquena onde se localiza o município de Bonito; as Unidades de Conservação ; dois pólos de turismo de eventos, Dourados e a capital Campo Grande; Ponta Porã que é pólo de atração para o turismo de compras, etc. .

Quando se vasculha a história das cidades gêmeas pode-se afirmar que o turismo há muito tempo é considerado como uma vocação, tendo o turismo de compras sido o primeiro segmento identificado. Apesar das referidas potencialidades, o que se constata nos dias de hoje é que essa vocação não foi suficiente para estimular os gestores públicos a tratarem o turismo como vetor de crescimento econômico e de distribuição de riquezas. A ação pregressa mais significativa que teve a participação da Prefeitura de Ponta Porã foi à implementação, em 2006, do programa "MS sem Fronteiras" em parceria com o SEBRAE-MS, que confirmou a mencionada vocação. (SEGALA,2014,p.35)

O “MS SEM FRONTEIRAS” foi fruto de ações conjuntas do SEBRAE (Brasil), FUNDACIÓN CIRD (Paraguai) e da FUNDACIÓN TRABAJO E EMPRESA (Bolívia) com o apoio do FOMIN do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tem por objetivo “promover o desenvolvimento econômico, sustentável e integrado dos territórios, aproveitando o ambiente de fronteira como oportunidade de expansão

produtiva e fortalecimento das instituições”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ, 2013).

Essa visão de gestão integrada acima enunciada é imprescindível quando tratamos de regiões fronteiriças, pois conforme define Machado (et. Al., 2005) *apud* Lamberti e Oliveira (2007), a fronteira é um território de interação que apresenta uma paisagem específica e um componente social constituído por diferentes fluxos e interações transfronteiriços, onde a territorialização define-se na forma de cidades-gêmeas.

O crescente fluxo do turismo de compras na cidade vizinha impacta diretamente Ponta Porã, o que promove melhorias infra-estruturais e fortalece a economia local, valendo-se assim, dos benefícios da atividade turística.

A expansão do fluxo turístico tem estimulado a construção de novos empreendimentos, a capacidade para acomodar turistas/visitantes na fronteira saltou de 1337 pessoas em 2011 para 2318 pessoas em 2013; surgiram novos equipamentos gastronômicos e muitos dos que já existiam foram ampliados e renovados nos últimos anos. Ademais, as agencias de viagens, os espaços para realização de eventos, os órgãos de apoio e fomento à atividade turística - como a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, o COMTUR e o Posto de Informações Turísticas - além da característica de “Fronteira Universitária” (cinco universidades em Ponta Porã e doze em Pedro Juan Caballero) confirmam a ascensão do setor turístico e contribuem para o seu desenvolvimento. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ, 2013).

Já existem empreendimentos consolidados de turismo rural, em especial de ecoturismo e turismo pesqueiro, associado ao potencial para turismo de Patrimônio Histórico Cultural, indicam a importância de iniciativas de incentivo ao desenvolvimento e à manutenção da atividade turística na região. (ZEE,2015)

Ademais, outra entidade que atua em prol do fomento e desenvolvimento da atividade turística na região, é o Ponta Porã Sem Fronteiras *Convention&Visitors Bureau*, que em sua Carta de Apresentação/2013 enfatiza a diversidade de segmentos turísticos locais, tais como: ecoturismo, turismo rural, de aventura, geológico, cultural, histórico, gastronômico, de eventos, etc., todos disponíveis na região, com alto potencial de desenvolvimento e sob a designação de internacional, pela localização geográfica.

Em 2014 a entidade viabilizou a produção de um mapa turístico, partir da identificação da necessidade dos visitantes em conhecer e se locomover melhor nas duas cidades. Como estratégia de fortalecimento, foi distribuída para as gestões públicas municipais de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, parceiros e mantenedores. Tal iniciativa ampliou o diálogo na faixa de fronteira e trouxe atenção às necessidades locais. (SEBRAE,2014)

A cidade ainda dispõe de um dos aeroportos mais completos do interior do país, com categoria internacional, o Aeroporto Internacional de Ponta Porã está estrategicamente posicionado a 500m da linha de fronteira e a 4 km do centro comercial dos municípios de Ponta Porã (MS/Brasil) e Pedro Juan Caballero (Dep. Amambay/Paraguay). Atualmente, está desativado para vôos comerciais e atende apenas vôos particulares. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ, 2013).

Em 2014, também foi desenvolvido um aplicativo chamado "Eventos da Fronteira de Ponta Porã" na Fábrica de Software da UFMS/CPPP em parceria com o PP C&VB. O projeto divulga a história da cidade de Ponta Porã e os eventos importantes que ocorrerão na mesma durante o ano. O aplicativo mostra também alguns pontos importantes e turísticos da cidade, como bancos, restaurantes, hotéis, para que a população em geral e o turista possa se localizar ainda melhor e ter acesso a informações importantes sobre Ponta Porã.

Diante deste cenário, o desenvolvimento de arranjos produtivos de turismo em Ponta Porã, seria uma proposta para proporcionar uma melhor estruturação do setor, o aumento a diversificação e qualidade do produto turístico, além de fomentar a ampliação do mercado de forma eficiente e sinérgica, a partir da integração dos agentes do sistema produtivo.

2.3.1 Atrativos Turísticos da Fronteira

Neste item serão apresentados alguns dos principais atrativos turísticos da fronteira – tanto em Ponta Porã, quanto em Pedro Juan Caballero- visto que a atividade turística deve ser entendida de maneira integrada, pois conforme observa Ferraro (2011), os turistas preferem se hospedar e se alimentar no Brasil e por isso Ponta Porã desenvolveu mais sua rede hoteleira e gastronômica do que Pedro Juan

Caballero. Dessa forma, independente de qual lado da linha internacional estão dispostos os atrativos, a fronteira deve ser entendida como um destino único.

a) Linha Internacional

A Linha de Fronteira que define as posições territoriais entre os dois países, foi traçada pela comissão de Limites Brasil-Paraguai, nos anos de 1872 a 1874, pondo fim a uma disputa que se arrastava desde a época colonial. Na época foram enterrados postes de madeira de lei, hoje, um monumento (figura 7) sela amizade entre os dois países.

Figura 7 Símbolo da linha de fronteira Brasil-Paraguai



Fonte: Departamento de Turismo (2013) *apud* Prefeitura Municipal de Ponta Porã (2013)

b) Castelinho

O castelinho (figura 8) é um prédio histórico, localizado na cidade de Ponta Porã. Foi construído na década de 20 para abrigar o governo do novo Território Federal de Ponta Porã, do governo de Getúlio Vargas, o território foi extinto em 18 de setembro de 1946 pela Constituição de 1946, e reincorporado ao então estado de Mato Grosso.

O prédio é tombado como patrimônio histórico pelo Decreto 3.940, de 04 de novembro de 1996. Recentemente, ocorreu uma audiência pública para se discutir o destino que será dado ao Castelinho.

Figura 8: Castelinho em Ponta Porã-MS



Fonte: Departamento de Turismo (2013) *apud* Prefeitura Municipal de Ponta Porã (2013)

c) Estação Ferroviária Noroeste do Brasil

A Estação Ferroviária Noroeste do Brasil, em Ponta Porã, é considerada a segunda maior estação ferroviária do Brasil, somente superada pela estação de Bauru, no Estado de São Paulo. Inaugurada em 19 de abril de 1953, representou importante passo para o desenvolvimento de Ponta Porã e região, como ponto final do ramal ferroviário utilizado para tráfego de cargas e passageiros. Foi desativada em 01 de junho de 1996. Passou por restauração e atualmente abriga a Fundação de Cultura de Ponta Porã e a Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer.

d) Museu da Erva Mate

O museu - que é uma iniciativa privada da Família Benites, proprietária da empresa Erva Mate Santo Antonio - contempla documentos, réplicas de instrumentos ligados a produção de erva mate, edições de jornais e revistas antigas, gravuras e até mesmo um veículo antigo.

e) Laguna Punta Porá

Trata-se de uma lagoa situada na área central da cidade de Pedro Juan Caballero. Era chamada de “*paraje llamativo*”, referência para as carretas e seus comboios, que no seu entorno estacionavam, usufruindo da água abundante e de segurança. Com o passar do tempo e a vinda dos espanhóis, brasileiros, argentinos e alemães, não eram apenas carreteiros que necessitavam e queriam demorar-se mais tempo, e então na Laguna Punta Porá se formou um casario e mais adiante um povoado. Nascia assim, a atual Pedro Juan Caballero.

f) Parque Nacional Cerro Corá

Distante 30 km de Pedro Juan Caballero, este Parque foi criado em 1960, como reserva militar, numa área de 5.538 há, a fim de preservar a riqueza histórica, lugar da batalha que deu triunfo aos aliados da Tríplice Aliança, onde faleceu o *Mariscal* Francisco Solano López. Através do Decreto 6090/90, teve sua área ampliada, passando a contar com 12038 há, com o objetivo de preservar o ecossistema natural e resguarda também a fauna e a flora local. Conta com sede administrativa: auditório, pequeno museu, chalés e sanitários, posto de controle, zona recreativa: zona de camping, trilhas interpretativas, área para piquenique e ainda, um destacamento militar.

g) Cerro Akuá/Lorito Picada

A menos de 50 km da cidade de Pedro Juan Caballero, duas montanhas de natureza sedimentária apresentam “*inscripciones rúnicas*”, que segundo Mario Consens, no *Artigo American Indian Rock art volume 26*, publicado e apresentado no IRAC’ – 12º Congresso Internacional de Arte Rupestre, Ripon, Wisconsin – EUA, trata-se de arte rupestre pré-histórica. Sem grande infraestrutura, estes sítios paraguaios apresentam vestígios de arte rupestre, pinturas e inscrições, além de outros materiais arqueológicos, inclusive de superfície.

Figura 9: *Cerro Akuá* em Pedro Juan Caballero



Fonte: Departamento de Turismo (2013) *apud* Prefeitura Municipal de Ponta Porã (2013)

h) Parque Sol y Luna

Distante 17 km de Pedro Juan Caballero, na localidade denominada “*Chiriguello*”, encontra-se este atrativo. Local agradável apresenta trilhas às margens do rio Capivary, possibilita banhos de cachoeira, contemplação da fauna e da flora, mirante da reserva particular, além de ser um ecossistema complementar ao Parque Nacional Cerro Corá, numa área 2000ha.

i) Chakurru

Situado a 15 km de Pedro Juan Caballero, o Chakurru é um complexo de 25 hectares para esportes extremos, circuito de arborismo com seis pontes suspensas, *rappel* de 30 metros ao lado de uma cachoeira de 28 metros, tirolesa com mais de 150 metros de largura, tudo no meio de uma paisagem natural que recia a vista e é ideal para o descanso.

j) Assentamento Itamarati

O Assentamento Itamarati – o maior assentamento da America Latina- é um assentamento localizado no município de Ponta Porã, MS, possui aproximadamente 25 000 habitantes com 66 áreas coletivas espalhadas por 120 hectares e um pivô de irrigação compartilhado, capaz de concentrar a produção em larga escala, de onde

se extraem os alimentos para a comercialização. Há plantação de milho, soja, amendoim, feijão e pastagem para o gado.

k) Cassinos

A abertura de cassinos próximos à fronteira do Brasil tem funcionado como um grande atrativo para os turistas brasileiros que procuram opções de diversão. Pedro Juan Caballero possui atualmente quatro Cassinos, situados na principal avenida por onde corre a divisa entre os dois países.

Um dos chamarizes são os torneios de pôquer “**Texas Hold'em**”, que levam à fronteira grupos de brasileiros de variadas cidades para usufruírem dos atrativos. Poker, Black Jack, Cash Game, Roletas e mais de 200 slots maxines de última geração.

l) Colônia Militar dos Dourados

A Colônia Militar dos Dourados situa-se há 40 quilômetros de Ponta Porã na cidade de Antônio João. O local foi palco de uma batalha da Guerra do Paraguai, onde o mártir Antônio João morreu se recusando a entregar-se à tropa inimiga. A frase célebre do herói está hoje perpetuada em um monumento erguido no sítio histórico: “*Sei que morro, mas o meu sangue e o dos meus companheiros servirão de protesto solene contra a invasão do solo da minha Pátria*”.

m) Compras em Pedro Juan Caballero

Pedro Juan Caballero é o segundo mais importante ponto de compras da fronteira Brasil/Paraguay, ficando atrás somente de Ciudad del Este. É um atrativo para compradores do Brasil, que podem adquirir bens tanto de origem nacional quanto importada por preços mais acessíveis, nas épocas de vantagens cambiais. A cidade conta com diversas lojas e shoppings, dentre eles, destaca-se o Shopping China, que recebeu o premio *Frontier Awards* 2013-2014 como melhor loja de importados do mundo.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa buscou analisar o potencial de desenvolvimento de um APL-TUR em Ponta Porã. Para isso, primeiramente, fez-se necessário conhecer o processo histórico-cultural de Ponta Porã /Pedro Juan Caballero, as dinâmicas fronteiriças e suas conseqüências e entraves para o desenvolvimento do turismo;

O passo seguinte foi verificar a existência de aglomeração produtiva do setor turístico e suas dimensões econômicas na cidade de Ponta Porã em termos de emprego do setor. E, por fim, verificar o entendimento dos atores do *trade* turístico sobre o desenvolvimento de um APL-TUR na localidade.

Visando atender estes objetivos, a metodologia foi organizada em três etapas, descritas a seguir.

3.1 ETAPA I – Observação e levantamento bibliográfico

Primeiramente realizou-se uma observação assistemática do objeto de estudo. Para Lamnek (1995) a observação assistemática ou não sistemática, consiste na observação sem critérios científicos.

Para Lakatos e Marconi (2009) a observação utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Consiste em ver, ouvir e examinar fatos ou fenômenos.

A fim de elaborar uma base conceitual e teórica que direcionasse o desenvolvimento do estudo, fez-se uma revisão bibliográfica e documental nas áreas de história, administração, turismo e economia.

Os resultados dessa primeira etapa compõem o primeiro, o segundo e o presente capítulo deste trabalho.

Para o desenvolvimento deste trabalho fez-se necessária a combinação de métodos, ou a chamada 'triangulação', como define Jick (1979). Para este autor, a triangulação pode estabelecer ligações entre descobertas obtidas por diferentes fontes e torná-las mais compreensíveis; pode também, dar uma nova direção aos problemas a serem pesquisados.

Triviños (1987, p.138) explica que a triangulação " tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em

estudo.”

Entende-se que a combinação dos métodos implica na formação de uma base mais rica e que facilita a interpretação dos dados coletados.

Goldenberg (2001) reforça essa ideia ao afirmar que, a união da abordagem quantitativa e qualitativa propicia ao pesquisador uma visão mais ampla e inteligível da complexidade do problema. O autor afirma que integração dos dois métodos possibilita que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular.

Dessa forma, foi possível analisar a dinâmica do setor turístico no município de Ponta Porã, buscando identificar o potencial do turismo na região e a possível existência de aglomeração produtiva do setor, através da variável emprego e da aplicação do método estrutural diferencial ampliado, conforme descrito na segunda etapa.

3.2- ETAPA II - Análise da dinâmica do setor turístico de Ponta Porã

3.2.1 Formulação da Base de Dados: as Atividades Características do Turismo – ACT`s

Existem diversas controvérsias referentes à delimitação das atividades que compõem o setor turístico. Este fato configura-se como um dos fatores responsáveis pelas dificuldades para dimensionar o mercado de trabalho do setor e pela existência de divergências nos números do mercado de trabalho do turismo. (SAKOWSKI, 2013)

Visando padronizar as estatísticas, a Organização Mundial do Turismo (OMT) desenvolveu a Classificação Internacional Uniforme das Atividades Turísticas (CIUAT) que é compatível com a *International Standard Industrial Classification* (ISIC), elaborada pelas Nações Unidas.

Baseado nas orientações da OMT e da Comissão Nacional de Classificação¹⁷ (CONCLA), o Departamento de Estudos e Pesquisas (DEPES) do Ministério do

¹⁷ A CONCLA é responsável pela classificação de todas as atividades econômicas oficialmente adotadas pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos cadastros e registros da Administração Pública através da CNAE.

Turismo (MTur) selecionou na CNAE 2.0¹⁸ um grupo de atividades e serviços responsáveis pela produção de bens e serviços característicos do turismo, as Atividades Características do Turismo (ACTs). (MTUR, 2011)

Essa pesquisa utilizou como base, dados coletados junto à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), nos anos de 2006 e 2014¹⁹ referentes ao emprego formal das Atividades Características do Turismo, englobando um conjunto de atividades, como meios de hospedagem, alimentação, agências de turismo, transportes, lazer, eventos, entre outras. Foram selecionadas 35 subatividades agrupadas por categorias principais de acordo com a CNAE 2.0.

As metodologias expostas a seguir, foram aplicadas para analisar a dinâmica do setor turístico no município de Ponta Porã - MS, entre os anos de 2006 e 2014. A região de referência adotada é o estado de Mato Grosso do Sul, deste modo, o desempenho do município no setor turístico poderá ser comparado com o desempenho total do estado.

3.2.2 – Cálculo do Quociente Locacional

Independente de o setor turístico apresentar ou não vantagens competitivas e comportamento dinâmico em determinada região, faz-se necessário identificar a existência de concentração de atividades econômicas do setor de turismo que poderiam ser estimuladas a fim de organizarem-se efetivamente em forma de *Arranjo*.

Dado que as interações entre diversas empresas geram vantagens competitivas para as mesmas e potencializam o crescimento econômico da região em que estão inseridas e dado que o turismo constitui um poderoso instrumento de desenvolvimento regional, é pertinente definir um critério que permita averiguar se uma dada região constitui ou não um cluster de turismo. (SANTOS, 2007)

Zaccarelli (et.al. 2008) afirma que o QL é um instrumento eficaz de identificação de aglomerações produtivas e Fingleton (2003) acrescenta que este

¹⁸ A Classificação Nacional das Atividades Econômicas, CNAE é uma classificação usada com o objetivo de padronizar os códigos de identificação das unidades produtivas do país nos cadastros e registros da administração pública nas três esferas de governo. (*Disponível em: www.subcomissaoacnae.fazenda.pr.gov.br*)

¹⁹ A escolha dos anos de 2006 e 2014 se deu por ser o primeiro e último ano, respectivamente, de dados disponíveis sobre o emprego no setor turístico em Ponta Porã-MS até o encerramento deste trabalho.

indicador expressa a especialização dos trabalhadores locais em determinados setores.

O QL é definido como a participação do emprego do setor i da região j na região de referencia, da seguinte forma:

$$QL = \frac{E_{ij}}{E_i} / \frac{E_j}{E}$$

Em que E_{ij} é o emprego no setor turístico no município de Ponta Porã, E_i é o emprego total deste setor no estado de Mato Grosso do Sul, E_j corresponde ao emprego total do município de Ponta Porã e E é o emprego total do MS.

Quanto maior for o QL, maior é o grau de especialização da região j no setor i .

Se $QL = 0$, a região não possui especialização no setor i .

Se $QL = 1$, a região j tem um grau de especialização idêntico ao da região de referencia.

Se $QL > 1$, o setor i está mais localizado na região j do que na região de referencia, ou seja, a região j é especializada no setor i .

Contudo, conforme explica Simões (et.al. 2003), apesar da literatura de economia regional reconhecer que este indicador é bastante apropriado para identificar aglomerações produtivas em regiões de porte médio, nas regiões pequenas, com emprego diminuto e estrutura produtiva pouco diversificada, o quociente tende a sobrevalorizar o peso de um determinado setor para a região.

Para neutralizar esse problema, foram utilizados ainda dois indicadores obtidos no método Estrutural Diferencial Ampliado e descritos no item 4.3.1, para complementar a identificação de aglomeração produtiva do turismo na região.

3.2.3 - O modelo Estrutural-Diferencial Ampliado

O método de análise estrutural-diferencial (*shift-share*) consiste basicamente na decomposição do crescimento de uma variável numa determinada área (que pode ser um país, uma região, ou uma cidade) em componentes distintos desse crescimento. Ou seja, é uma ferramenta analítica que procura identificar e desagregar os diferentes componentes do crescimento de uma variável que possam influenciar e explicar o seu comportamento (Dunn, 1960 *apud* Sobral et al. 2003).

Haddad (1989) explica que não se trata de uma teoria explicativa do crescimento regional, mas de um método de análise para identificar os componentes deste crescimento.

Para Feijó e Galeano (2013) a formulação original da técnica do *shift-share* que foi proposta por Dunn (1959, 1960), possui várias limitações discutidas por diversos autores. Dentre estas, têm-se:

- 1) a hegemonia das influências exógenas sobre a região;
- 2) a questão da interdependência entre as componentes estrutural e regional;
- 3) o seu uso sob o método de estática comparativa;
- 4) a hipótese da constância da estrutura econômica no intervalo de tempo em estudo, gerando dificuldade para identificar o impacto de mudanças na composição setorial sobre o crescimento da região.

Dadas essas limitações, aplicar-se-á neste trabalho o método estrutural diferencial ampliado, baseando-se nas contribuições de Esteban-Maquillas (1972) e Herzog e Olsen (1977).

Esteban-Maquillas (1972) introduziu no modelo um novo elemento: o "emprego homotético" evitando a influência da componente estrutural sobre a diferencial e incorporou o efeito alocação (especialização), que possibilita captar as (des) vantagens competitivas de uma região em relação à região de referencia.(FEIJÓ E GALEANO, 2013)

Herzog e Olsen (1977) reformularam o efeito alocação, inserindo a mudança no peso na composição do emprego no final, passando a ter como componentes explicativos a composição do emprego nos anos inicial e final e suas respectivas taxas de crescimento e, introduziram ainda, o componente t no efeito alocação. (VIEIRA et al., 2013)

Chega-se então, à equação da Variação Líquida Total (VLT) do emprego do setor i na região j , conforme segue:

$$VLT = E_{ij}^0(e_i - e) + (2E_{ij}^0 - E_{ij}^t + E_{ij}^{t*} - E_{ij}^{0*})(e_{ij} - e_i) + (E_{ij}^t - E_{ij}^{t*} - E_{ij}^0 + E_{ij}^{0*})(e_{ij} - e_i)$$

Em que:

$$e = E - E^0$$

$$e_i = E_i - E_i^0$$

$$e_{ij} = E_{ij} - E_{ij}^0$$

$$E_{ij}^{0*} = E_j^0 (E_i^0/E^0)$$

$$E_{ij}^* = E_j (E_i/E)$$

Os termos utilizados podem ser definidos como:

e = Taxa de crescimento de todos os setores na região de referencia

e_i = Taxa de crescimento do setor i na região de referencia

e_{ij} = Taxa de crescimento do setor i na região j

E = Pessoal Ocupado em todos os setores na região de referencia no ano final

E^0 = Pessoal Ocupado em todos os setores na região de referencia no ano inicial

E_j^0 = Pessoal Ocupado em todos os setores na região j no ano inicial

E_j = Pessoal Ocupado em todos os setores na região j no ano final

E_{ij}^0 = Pessoal Ocupado no setor (i) na região (j) no ano inicial

E_{ij} = Pessoal Ocupado no setor (i) na região (j) no ano final

E_{ij}^{0*} = Emprego Homotético do ano Inicial

E_{ij}^* = Emprego Homotético do ano final

Esta equação pode ser decomposta em quatro componentes, visto que cada componente é uma parcela da equação apresentada.

Emprego Homotético [$E_{ij}^* = E_j (E_i/E)$] ou [$E_{ij}^{0*} = E_j^0 (E_i^0/E^0)$]

O emprego homotético indica o número de empregos que a região j deveria ter se a taxa de crescimento fosse igual à da economia de referencia.

Efeito Setorial ou Estrutural [$ES = E_{ij}^0 (e_i - e)$]

O efeito estrutural demonstra a diferença entre a taxa de crescimento do setor i na região j e a taxa de crescimento do setor i de todas as regiões na economia de referencia.

Um efeito estrutural positivo indica que o setor i da região j cresceu mais do que a economia de referencia ($e_i > e$). Estes seriam os setores líderes, associados a novos produtos ou processos inovadores. (SOUZA, 2009)

Efeito Competitivo Homotético [$EC^{**}_{ij} = (2E_{ij}^0 - E_{ij}^t + E_{ij}^{t,*} - E_{ij}^{0*})$]

O efeito competitivo homotético, fornece uma medida da vantagem ou desvantagem comparativa de uma região em comparação com a região de referencia no setor i. (SILVA e MONTE, 2011)

Efeito Alocação [$EA = (E_{ij}^t - E_{ij}^{t*} - E_{ij}^0 + E_{ij}^{0*}) (e_{ij} - e_i)$]

O efeito alocação mostra se a região j está especializada no setor para o qual possui vantagens competitivas. Assim, de acordo com o modelo proposto, uma região pode ter uma “vantagem competitiva” ou uma “desvantagem” e pode ser “especializada” ou “não especializada” em determinado setor. (SOBRAL et. al.2006)

Quadro 1: Sinais dos possíveis efeito alocação

Definições	Efeito Alocação	Especialização ($E_{ij}^0 > E_{ij}^{0*}$)	Vant. Competitiva ($e_{ij} > e_i$)
Vantagem competitiva especializada	+	+	+
Vantagem competitiva não especializada	-	-	+
Desvantagem competitiva especializada	-	+	-
Desvantagem competitiva não especializada	+	-	-

Fonte: Herzog e Olsen (1977) e Souza e Souza (2009) apud Vieira (et.al.2013)

3.2.3.1 – O Emprego Homotético e a Especialização como parâmetros complementares na identificação de aglomerações produtivas

Conforme citado anteriormente, calcular o QL pode indicar a concentração relativa de determinada atividade numa região ou município comparando-a a participação dessa mesma atividade no espaço definido como referencia. Dessa forma, um QL elevado em determinada atividade numa região (ou município) indica a especialização da estrutura de produção local naquela atividade (IEDI, 2002).

No entanto, para Puga (2003) apud Diniz e Rezende (2013), o QL tende a superestimar a existência de aglomerações em pequenas localidades e subestimar nas grandes localidades.

Para mitigar este problema, alguns autores utilizam parâmetros auxiliares: Britto e Albuquerque (2002) *apud* Diniz e Rezende (2013), usam o QL, mas o calculam com base nas variáveis emprego - assim como neste trabalho- e remuneração, ao invés de estabelecimentos, que é a variável comumente utilizada para o cálculo de QL. Puga (2003) *apud* Diniz e Rezende (2013), inclui como variável de controle o número absoluto mínimo de estabelecimentos e empregos.

Nesse sentido, Iglioni (et.al 2001), recomendam a utilização de um cálculo alternativo que mensura o número absoluto de pessoas ocupadas, para então, verificar a existência de excesso do número de empregos de um determinado setor na localidade selecionada.

Baseando-se na linha de raciocínio dos autores citados, nesta pesquisa serão utilizados dois indicadores do método estrutural diferencial como auxiliares na identificação de clusters potenciais, são eles: o emprego homotético (E_{ij}^*) e a especialização do setor i na região j ($E_{ij} > E_{ij}^*$).

A utilização destes indicadores consiste numa adaptação da medida *Horizontal Clustering* (HC^*) proposta por Iglioni (et. al. 2001). Esta medida, conforme exposto acima, consiste em mensurar um numero excedente de empregos do setor i na região j , que caracterizaria a especialização da localidade no setor.

Assim sendo, tem-se a equação proposta pelos autores:

$$HC^* = E_{ij} - \hat{E}_{ij}$$

Em que, E_{ij} é o número existente de empregos do setor i na região j e \hat{E}_{ij} corresponde ao número esperado de empregos no setor i na região j para $QL = 1$ (quando o setor i na região j tem um grau de especialização igual à sua participação na região de referencia).

Iglioni (et.al 2001), propõe a seguinte equação para conhecer o número esperado de empregos no setor i na região j :

$$(1) \quad \frac{\hat{E}_{ij}}{E_i} \Big/ \frac{E_j}{E} = 1$$

Ao efetuar a equação do número esperado de empregos (2) proposta por Iglioni et.al (2001) obtém-se a equação do emprego homotético proposto no método estrutural diferencial :

$$(2) \quad \hat{E}_{ij} = E_j (E_i / E)$$

Emprego Homotético \longrightarrow $E_{ij}^* = E_j (E_i/E)$

Logo, se $\hat{E}_{ij} = E_{ij}^*$, a medida de HC* ($E_{ij} - \hat{E}_{ij}$) proposta por Iglioni (et.al. 2001), é correspondente ao indicador de Especialização ($E_{ij} - E_{ij}^*$) do método estrutural diferencial.

Assim sendo, as medidas de emprego homotético e especialização, foram utilizadas nessa pesquisa como parâmetros complementares na identificação de aglomeração produtiva do setor turístico.

3.3 ETAPA III - Entrevistas

A fim de atingir os objetivos propostos, faz-se necessário ainda, verificar o entendimento dos atores do setor turístico com relação ao desenvolvimento de um APL-TUR em Ponta Porã. Para isso, a entrevista *estruturada* será o instrumento técnico utilizado, por ser o meio que melhor atenderia às necessidades deste estudo. Segundo Lakatos e Marconi (1992, p. 94), a entrevista corresponde ao “encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto”.

Richardson complementa a definição:

O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação com algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas. (1992, p. 207)

Ribeiro trata a entrevista como:

A técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores. (2008 p.141)

Para Gil (1999), a entrevista é seguramente a mais flexível de todas as técnicas de coleta de dados de que dispõem as ciências sociais.

Visando atender aos objetivos da pesquisa, foram elaborados três roteiros de entrevistas (ANEXO I):

- ✓ ROTEIRO TIPO A – para as ACT's (iniciativa privada)
- ✓ ROTEIRO TIPO B – para os órgãos de planejamento e fomento de turismo local (apoio local)
- ✓ ROTEIRO TIPO C – para as Instituições de Ensino e Pesquisa (apoio supra).

Os roteiros foram compostos por questões abertas baseadas nas referências bibliográficas e na prévia observação realizada. Estas questões foram divididas em três blocos (identificação do entrevistado; identificação da organização; entendimento sobre a formação de um APL-TUR em Ponta Porã) e contemplaram os seguintes temas:

- Como se deu o ingresso na atividade turística;
- Tempo de atuação;
- Relação de vínculos de subcontratação;
- Presença de turismólogos no quadro de funcionários;
- Existência de parcerias
- Capacitação profissional
- Promoção e Marketing
- Dificuldades e entraves
- Visão de futuro
- Monitoramento de demanda
- Compreensão sobre APL
- Atividades integradas que visem resultados coletivos
- Inovação
- Vantagem competitiva

Após a elaboração do roteiro das entrevistas, foi feita a seleção dos atores que seriam investigados.

As entrevistas deveriam ser realizadas nas empresas pertencentes às ACT's²⁰ (infraestrutura receptiva /iniciativa privada); nas Instituições de planejamento

²⁰ Baseado nas orientações da OMT e da Comissão Nacional de Classificação (CONCLA), o Departamento de Estudos e Pesquisas (DEPES) do Ministério do Turismo (MTur) selecionou na

e fomento de turismo, que coordenam interesses públicos e privados (apoio local) e nas instituições de ensino e pesquisa (apoio supra)

Dessa forma, foram escolhidos e investigados os seguintes representantes serem investigados:

Infraestrutura Turística	{	03 hotéis (pequeno médio e grande porte ²¹);
		01 agencia de viagens;
		02 restaurantes;
Instituições de Apoio Local	{	Secretaria de Indústria, Comercio, Turismo e Meio Ambiente;
		Ponta Porã Sem Fronteiras <i>Convention & Visitors Bureau</i>
Instituições de Apoio Supra	{	Parque Tecnológico Internacional de Ponta Porã
		01 Universidade

CNAE 2.0 um grupo de atividades e serviços responsáveis pela produção de bens e serviços característicos do turismo, as Atividades Características do Turismo (ACTs). (MTUR, 2011)

²¹ Classificação dos hotéis da EMBRATUR (2004) por tamanho do estabelecimento: pequeno porte (até 50 Unidades Habitacionais – UH's), médio porte (de 51 até 100 UHs) e grande porte (acima de 100 UHs).

4 RESULTADOS

4.1 A dinâmica do setor turístico no município de Ponta Porã

A tabela a seguir mostra o número de pessoas ocupadas (variável emprego) nas ACT's e o número de pessoas ocupadas em todos os setores em Ponta Porã, Mato Grosso do Sul e no Brasil, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais.

Tabela 1: Número do Pessoal Ocupado(P.O) nas ACT's e número do Total de Pessoal Ocupado em Ponta Porã, Mato Grosso do Sul e Brasil (em 2006 e 2014)

Definições	Ponta Porã		Mato Grosso do Sul		Brasil	
	P.O. Turismo	P.O. Total	P.O. Turismo	P.O. Total	P.O. Turismo	P.O. Total
2006	367	7.311	16.952	438.685	1.841.043	35.155.249
2014	697	12.429	28.200	653.578	2.868.867	49.571.510

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados da RAIS

Ao analisar-se a Tabela 2, observa-se que o setor de turismo, bem como todos os outros setores, obtiveram significativo crescimento entre os anos de 2006 e 2014 em termos de pessoas ocupadas, tanto no município de Ponta Porã, quanto no MS e no País.

Porém, ao avaliarmos o crescimento efetivo do setor turístico, o município de Ponta Porã apresenta um percentual de crescimento de 77,04%, enquanto o crescimento do mesmo setor na região de referência (MS) foi de 60,05%, no período analisado.

Para conhecer o grau de especialização de Ponta Porã no setor de turismo com relação ao Mato Grosso do Sul e, a fim de obter-se um parâmetro comparativo, conhecer o grau de especialização do mesmo setor do estado com relação ao país, apresentam-se na Tabela 3 os resultados do Quociente Locacional.

Tabela 2 – Quocientes Locacionais do setor turístico - Ponta Porã e Mato Grosso do Sul

	Ponta Porã	Mato Grosso do Sul
2006	1.299	0.738
2014	1.30	0.746

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados da RAIS

Conforme referencial teórico adotado, quanto maior o QL, maior o grau de especialização da região no setor em análise.

Ao analisar-se a Tabela 3, e ainda de acordo com os valores de referencia da teoria, podemos concluir que Ponta Porã apresenta maior grau de especialização no setor turístico do que o Mato Grosso do Sul.

Outra observação pertinente aos valores de QL da tabela é que, apesar do Mato Grosso do Sul possuir destinos turísticos já consolidados e internacionalmente conhecidos, como Bonito e Pantanal, os dados revelam que o Estado não é especializado no setor turístico, pois apresenta um resultado de QL inferior a 1,

Neste trabalho, contudo, o objetivo de conhecermos os resultados do QL apresentados pelo município de Ponta Porã, consiste em verificar se a região possui especialização no setor turístico. E, a partir desse resultado, podemos identificar um primeiro indicio da existência de aglomeração produtiva na região, uma vez que, o QL de Ponta Porã apresentou um resultado maior que 1 ($QL > 1$).

Tabela 3: Taxas de crescimento do emprego total e nas ACT's em Ponta Porã e no Mato Grosso do Sul

Taxa de crescimento do emprego (E/E^0)	Ponta Porã	Mato Grosso do Sul
Tx. Crescimento Emprego Total	(e_j) 1.70	(e) 1.490
Tx. Crescimento Emprego do setor turístico	(e_{ij}) 1.89	(e_i) 1.664

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados da RAIS

Os resultados da tabela 4 indicam que o emprego no setor turístico apresenta uma taxa de crescimento acima da média do emprego total tanto no âmbito municipal, quanto no estadual. Além disso, a taxa de crescimento do emprego no

setor turístico de Ponta Porã, apresentou-se acima da mesma taxa do estado, o que pode ser explicado pelos componentes explicitados na tabela 5 e que são os principais componentes desta análise:

Tabela 4: Análise Estrutural Diferencial do Emprego no Setor Turístico de Ponta Porã (MS)

Definições	Resultados
Emprego Homotético	536
Efeito setorial estrutural	63.8
Efeito Competitivo Homotético	59.7
Efeito Alocação	3199
VLT	3322

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados da RAIS

A observação dos resultados da tabela 5 nos possibilita interpretar a dinâmica do setor turístico de Ponta Porã.

O primeiro componente apresentado, o emprego homotético, identifica que, caso Ponta Porã tivesse a estrutura de emprego igual da economia do estado, o município teria 536 empregos no setor turístico atualmente. Contudo, o município apresenta um número superior ao esperado, pois possui 697 empregos no setor.

Já o efeito estrutural demonstra a diferença entre as taxas de crescimento do setor turístico de Ponta Porã e do MS. O resultado indica que o setor turístico do município cresceu mais do que a economia do MS, pois, um efeito estrutural positivo indica que o setor *i* da região *j* cresceu mais do que a economia de referencia. Como já mencionado, estes seriam os setores líderes, associados a novos produtos ou processos inovadores, que comprova o potencial do sistema produtivo de bens e serviços turísticos em Ponta Porã e identificando-o como um possível setor líder e impulsor da economia.

De acordo com a metodologia adotada, o resultado do efeito competitivo homotético demonstra que o turismo em Ponta Porã possui vantagem competitiva em relação ao Mato Grosso do Sul e o efeito alocação indica que o município é especializado no setor turístico, conforme mostra a Tabela 6.

Tabela 5: Sinais dos Efeitos Alocação

Definições	Efeito Alocação	Especialização ($E_{ij}^0 > E_{ij}^{0*}$)	Vant. Competitiva ($e_{ij} > e_i$)
Resultados	3199	160	0.236
Classificação	+	+	+

Fonte: Herzog e Olsen (1977) e Souza e Souza (2009) apud Vieira (et.al.2013)

Com intuito de obter informações em termos absolutos, adotaram-se indicadores do Emprego Homotético e Especialização, da análise estrutural diferencial, como parâmetros complementares na identificação de um APL potencial, visto que, como já apontado anteriormente, o QL apesar de ser uma medida largamente utilizada na identificação de aglomerações, possui algumas limitações.

Os indicadores da análise estrutural diferencial reforçaram os resultados do QL do turismo de Ponta Porã, uma vez que o numero de empregos do ano de 2014, confirma a existência de aglomeração produtiva de turismo no município, pois apresenta número excedente de empregos, o que caracteriza a especialização do setor.

Os resultados dessa etapa da pesquisa revelaram que, quanto à dinâmica do emprego no setor turístico, Ponta Porã cresceu acima da média do estado e possui vantagem locacional e especialização no setor. Além disso, os resultados demonstram que o turismo é um segmento líder e impulsor da economia local.

Quanto à identificação de aglomeração produtiva de bens e serviços turísticos, os resultados comprovaram a existência destas no município e que o mesmo possui condições favoráveis ao desenvolvimento de um APL de turismo, por possuir uma série de elementos que possibilitaria estruturação e desenvolvimento do mesmo, tais como: a infraestrutura receptiva e de apoio existente, as instituições e órgãos atuantes em prol do desenvolvimento do setor, as diversas universidades, os empreendimentos e equipamentos do setor, entre outros.

O próximo item traz os resultados referentes à pesquisa realizada junto aos agentes da cadeia produtiva do turismo local, haja vista que a organização efetiva dos atores e organizações em forma de arranjo deve ser estimulada, a fim de proporcionar uma melhor estruturação do setor, o aumento a diversificação e

qualidade do produto turístico, além de fomentar a ampliação do mercado de forma eficiente e sinérgica.

4.2 Entendimento dos atores locais sobre o processo de desenvolvimento de um APL-TUR

4.2.1 Infraestrutura Turística- iniciativa privada

Em busca de uma melhor contextualização, os resultados da pesquisa apontam, primeiramente, o perfil dos empresários entrevistados.

Pode-se afirmar que os empresários são, predominantemente, mulheres, em uma faixa etária entre 30 e 40 anos. Com relação à escolaridade, a maioria dos entrevistados possui nível superior e pós-graduação (80%), o que se configura em uma grande vantagem para o APL, visto que, é o capital intelectual o grande gerador de vantagem competitiva e de desenvolvimento contínuo para as organizações²².

Com relação às razões que levaram os empreendedores a se voltar para atividade turística, para quatro dos entrevistados, foi o potencial local e para outros dois, o sucesso de familiares que atuaram no ramo. Podemos identificar, portanto, que os entrevistados visualizaram uma oportunidade de mercado e abriram seus negócios, empresas estas que fazem parte do aglomerado de atividades voltadas para atender os turistas e que geram emprego e renda para população local.

Na sequência, a pesquisa buscou conhecer melhor as organizações. Das seis empresas investigadas, quatro possuem menos de 10 funcionários e duas delas contam com um quadro de 25 funcionários. Já quanto ao tempo de atuação, três delas possuem menos de cinco anos de atividade; duas estão há quinze anos no mercado e uma há 51 anos.

Não existe logística integrada²³ com fornecedores em nenhuma das empresas entrevistadas e apenas uma delas subcontrata outras para realização de alguma parte de seu processo produtivo. Apesar da maioria das empresas não possuírem vínculos com outras organizações no processo produtivo, os empresários

²² "O CAPITAL INTELECTUAL E VANTAGEM COMPETITIVA". Disponível em: www.gestaoporcompetencia.com.br

²³ É um amplo sistema de visão gerencial da cadeia de abastecimento, desde o fornecimento de matérias-primas e insumos até a distribuição do produto acabado ao cliente final. (Disponível em www.pinho.com.br. Acesso em 30/07/2016)

destacaram a existência de parcerias que fortalecem de forma significativa os seus negócios. São estas:

- ✓ Associação Comercial e Empresarial de Ponta Porã – ACEPP
- ✓ PPC&VB
- ✓ UEMS e UFMS²⁴
- ✓ Candeias²⁵
- ✓ FIP-MAGSUL²⁶

Essas parcerias demonstraram outro aspecto bastante positivo para o desenvolvimento de um APL, pois, conforme afirma Merigue (2005), a relação entre os agentes econômicos e as instituições sociais e científico- tecnológica, são fundamentais para um arranjo aumentar sua competitividade, pois as interações entre os atores do arranjo turístico geram a disseminação do conhecimento tácito e a aprendizagem coletiva entre gerações, garantindo a continuidade das atividades desenvolvidas no arranjo, resultando na sustentabilidade de suas atividades econômicas (CASSIOLATO E LASTRES, 2008)

Quanto aos meios de comunicação utilizados para divulgação dos produtos e serviços, as redes sociais foram citadas por todos os empresários como meio mais utilizado. Em seguida, ficou a mídia impressa e as rádios. Um ponto interessante a ser destacado, foi o fato de que apenas uma das empresas possui site. Os entrevistados explicaram que deixaram de fazer uso dos sites porque estes caíram em desuso. Um dos entrevistados esclareceu o seguinte: *“hoje em dia as pessoas só vêem facebook; se você digita o nome de uma empresa no Google, já mostra a pagina do face [...] então a melhor forma de promover a empresa é com os anúncios patrocinados do face.”*

Tal posição vai de encontro com as pontuações de Oliani (2011, p.56):

A crescente influência da *internet* e seu o impacto na indústria turística tem acarretado um ambiente de mudanças na comercialização dos seus produtos, afetando os papéis de muitos agentes do *cluster* turístico, no comportamento do consumidor do produto turístico e conseqüentemente no planejamento do *marketing* turístico.

²⁴ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

²⁵ Candeias é um programa que disponibiliza aos associados estruturas completas de hospedagem e lazer, em diversos níveis e destinos turísticos no Brasil e exterior. (Fonte: www.candeias.com.br)

²⁶ Faculdades Integradas de Ponta Porã- Magsul

Quando perguntados sobre quais os maiores entraves enfrentados, os empreendedores foram unânimes em apontar a falta de qualificação e comprometimento da mão de obra local. Apenas um dos entrevistados apontou a volatilidade do câmbio como uma dificuldade e ainda assim, não a considera como principal entrave.

Apesar de terem sido enfáticos com relação à falta de qualificação da mão de obra, quando questionados se haviam se especializado para atuar com o segmento turístico, apenas os empreendedores da hotelaria afirmaram ter participado de cursos ou treinamentos específicos e apenas uma das empresas tem um turismólogo atuando. Grechi (2011) discorre acerca desse cenário:

Sobre a mão de obra e sua qualificação para trabalhar com o turismo, há uma ferida que não se cura. Esta reclamação acontece no país inteiro e não é mérito do turismo. Talvez no turismo seja mais grave, em função de variáveis como a não regulamentação da profissão, que repercute na sua baixa valorização, e pelo fato de que outras áreas acreditam poder atuar no turismo sem nenhum tipo de preparo. (p.194)

Já com relação à falta de comprometimento da mão de obra local, alguns dos entrevistados levantaram a questão de que a condição fronteiriça seria uma das causas dessa situação. *“Aqui [na fronteira] tudo é muito fácil e é difícil achar quem quer trabalhar de verdade. As pessoas vêm alguns dias e logo desistem de trabalhar, não importa qual seja o serviço. Essa é uma dificuldade que todos os empresários enfrentam na fronteira”*. Outro entrevistado apontou a questão do narcotráfico²⁷: *“As pessoas, em Ponta Porã, não sabem viver com pouco, acho que por causa do narcotráfico, que sempre foi muito forte aqui, todo mundo quer ter muita terra, muito dinheiro, sem fazer muita coisa.”*

Segundo a literatura pesquisada, a fronteira apresenta um componente social constituído por diferentes fluxos e interações transfronteiriços (MACHADO et. Al., 2005 *apud* LAMBERTI E OLIVEIRA, 2007), e que, em termos de emprego, gera um aumento da oferta de mão-de-obra, que por sua vez, promove a queda dos níveis salariais. Ao se cruzar essa informação, com a falta de comprometimento apontada pelos entrevistados, levantou-se uma situação hipotética que pode explicar as

²⁷ Santana (1999) define o narcotráfico como *“a maior empresa transnacional dedicada ao tráfico de drogas ilegais, que não paga impostos e gera os maiores lucros. Ou, se se prefere em outras palavras, é uma expressão da face oculta do capitalismo neoliberal de nosso tempo.”*

relações de trabalho existentes: os empregadores oferecem baixos salários devido à oferta excedente de mão-de-obra e os empregados estão sempre buscando formas de obter maiores ganhos, e por este motivo, tendem a não permanecer por muito tempo no mesmo emprego.

Sobre a perspectiva de futuro, os empreendedores se mostraram otimistas, com projetos de ampliações e melhorias estruturais para seus negócios por acreditarem que a demanda de turistas tende a aumentar na região. Porém, ao serem questionados se realizam pesquisas para monitorar essa demanda, apenas dois empresários afirmaram já ter realizado algo do tipo.

As inovações já empregadas nos negócios e apontadas pelos entrevistados foram:

- ✓ Criação de ambientes diferenciados dentro das empresas;
- ✓ Programas de incentivos ou motivacionais aos funcionários
- ✓ Lançamento de novas linhas de produtos e serviços;
- ✓ Realização de eventos

Todos os entrevistados afirmaram considerar os objetivos estratégicos de participação no mercado essenciais para sobrevivência e desenvolvimento de seus negócios. Contudo, a maioria não soube pontuar estratégias de posicionamento no mercado adotadas.

Nenhuma das empresas afirmou possuir estratégias concretas, apenas hipotéticas, para driblar a sazonalidade proveniente da volatilidade cambial, porém todas afirmaram serem diretamente prejudicadas pelas épocas de “*dólar alto*”: “*a gente tem que se virar cortar gastos, reduzir os funcionários [...] esse ano mesmo [2016], nosso movimento reduziu mais de 60% tranquilamente*”

Após caracterizar as empresas e suas ações, a pesquisa buscou conhecer o entendimento dos entrevistados sobre um APL de turismo.

Sobre o conceito de APL, os empresários demonstraram ter uma noção do que se trata, mas não souberam definir com exatidão. Todos acreditam que ações cooperativas entre os empreendedores e instituições, bem como a formação de um APL, poderiam contribuir para o desenvolvimento do turismo local, mas explicam que nem todos os agentes teriam interesse, “*alguns só participariam se vissem que iam ganhar com isso*”.

Cabe ressaltar aqui, que o objetivo principal de um arranjo é maximizar os ganhos aos empresários e a comunidade como um todo, ao tornar o destino mais competitivo. Dessa forma, a partir da visão dos entrevistados, ao pensar em se desenvolver um APL em Ponta Porã, seria necessário primeiramente conscientizar os atores locais sobre os benefícios que o arranjo poderia proporcionar.

A análise revelou que os empresários, apesar de acreditarem no potencial transformador das ações cooperativas, se mostram bastante desanimados com as mesmas e afirmaram não estar envolvidos em nenhuma atualmente. Esse fato pode ser atribuído ao insucesso ou a falta de continuidade das ações anteriores, uma vez que, todos afirmaram que participar de associações não proporcionou nenhuma melhoria significativa às organizações e que todas as ações coletivas “*não foram prá frente*”.

Um dos entrevistados ressaltou que: “*houve um esforço na época que o Convention Bureau estava mais participativo, agora recentemente houve uma ação desenvolvida pela Associação Comercial e Prefeitura, porém penso que necessite um esforço maior e mais organizado.*”

Essa descrença é notória também no que se refere à vantagem competitiva proveniente da participação em associações e/ou trabalho em conjunto com outras empresas: “*Na teoria deveria ser vantajoso sim, porém tive oportunidade de participar de discussões locais onde a maioria das pessoas se mostraram mal preparadas e visando apenas interesses pessoais*” ; e ainda: “*Até pode gerar [vantagem competitiva], mas em Ponta Porã é difícil essas coisas darem certo.*”

Com relação à profissionalização dos serviços turísticos, os empresários concordam com a necessidade de melhorias, pois avaliam os serviços prestados como ruins ou medianos. Para tanto e visando promover o desenvolvimento de um APL, os entrevistados destacaram algumas ações necessárias:

- ✓ Capacitação da mão de obra local;
- ✓ Conscientização e mobilização dos agentes;
- ✓ Melhorar a auto-estima da comunidade (para que falem bem de seu local de moradia);
- ✓ Despertar para a necessidade da implantação/implementação de infraestrutura turística e básica;
- ✓ Valorizar e resgatar a cultural local;

✓ Incentivar atividade não predatória e a mais sustentável das economias;

Além destas, os entrevistados afirmaram acreditar que parcerias com instituições de ensino e pesquisa auxiliariam no desenvolvimento dos negócios.

É pertinente ressaltar que as ações propostas, uma vez executadas, fortaleceriam a localidade como um todo, o que possibilitaria atrair mais investimentos, formando um ciclo virtuoso que fomentaria constantemente a vantagem competitiva da região

Segundo os atores, os maiores entraves ao desenvolvimento do turismo local são:

- ✓ Falta de investimento;
- ✓ Péssima imagem da fronteira na mídia *“terra sem lei; lugar de impunidade e violência”*
- ✓ Altas do dólar /Oscilação do cambio
- ✓ Corrupção da policia paraguaia

Outro ponto que pode se configurar como um entrave ao desenvolvimento do turismo local é a atuação do poder publico que, segundo os empresários, é praticamente inexistente.

Mesmo diante de todos os entraves apontados, os empresários destacaram os segmentos turísticos que julgam ter alto potencial e deveriam ser explorados. São eles:

- ✓ Ecoturismo²⁸;
- ✓ Turismo de aventura;
- ✓ Turismo histórico cultural;
- ✓ Turismo gastronômico.

Foi solicitado aos entrevistados que atribuíssem uma nota de 0 a 10 para o nível de potencial turístico da fronteira de Ponta Porã/Pedro Juan Caballero. A média das avaliações dos empresários foi 8.

De acordo com a análise, os atores da iniciativa privada acreditam no potencial turístico de Ponta Porã, bem como, que desenvolver um APL poderia

²⁸ Visando mitigar possíveis equívocos (como ecoturismo ser entendido como sinônimo de turismo de natureza e turismo de aventura) os conceitos foram explicados aos atores durante as entrevistas.

promover o desenvolvimento do turismo local. No entanto, admitem a necessidade de maior organização e profissionalização dos envolvidos.

A pesquisa demonstra também que não há organização cooperada, nem tampouco integração social entre as empresas do setor turístico em Ponta Porã. Por essa ausência de alianças e a conseqüente falta de sinergia entre os elos do sistema, pode-se dizer que o arquétipo observado se mostra atrasado quando comparado com o atual ambiente competitivo empresarial predominante

Devido ao insucesso das tentativas anteriores de desenvolver ações cooperativas entre os agentes locais, existe a possibilidade de emergirem questionamentos sobre a possibilidade das empresas obterem individualmente os mesmos benefícios que obteriam em associações. No entanto, a necessidade de uma organização que contemple os interesses dos atores se faz notória por algumas características observadas durante a pesquisa, tais como:

- A falta de capacitação específica para atuar no turismo;
- Incipiência de esforços voltados à inovação e competitividade;
- Pequeno porte das empresas do *trade* turístico, o que dificulta arcar com os altos custos envolvidos para promoção do destino no mercado;
- Inexistência de logística integrada com fornecedores;
- A ausência de estratégias empresariais.

Essas características, somadas ao fato que a apenas a boa vontade apresentada pelas empresas pode não ser suficiente para se alcançar alguns objetivos, faz com que as associações sejam imprescindíveis para que haja um direcionamento dos esforços e se busque a implementação de estratégias cooperativas.

4.2.2 Apoio Local- Organizações de planejamento e fomento do turismo

Este subitem dedica-se a apresentar e analisar as características das organizações de planejamento e fomento do turismo de Ponta Porã-MS e o entendimento dos atores que representam essas organizações, sobre o desenvolvimento de um APL-TUR na localidade.

Como já visto anteriormente, as instituições que compõem o Apoio Local do Turismo são os órgãos de turismo do poder público local e as associações e

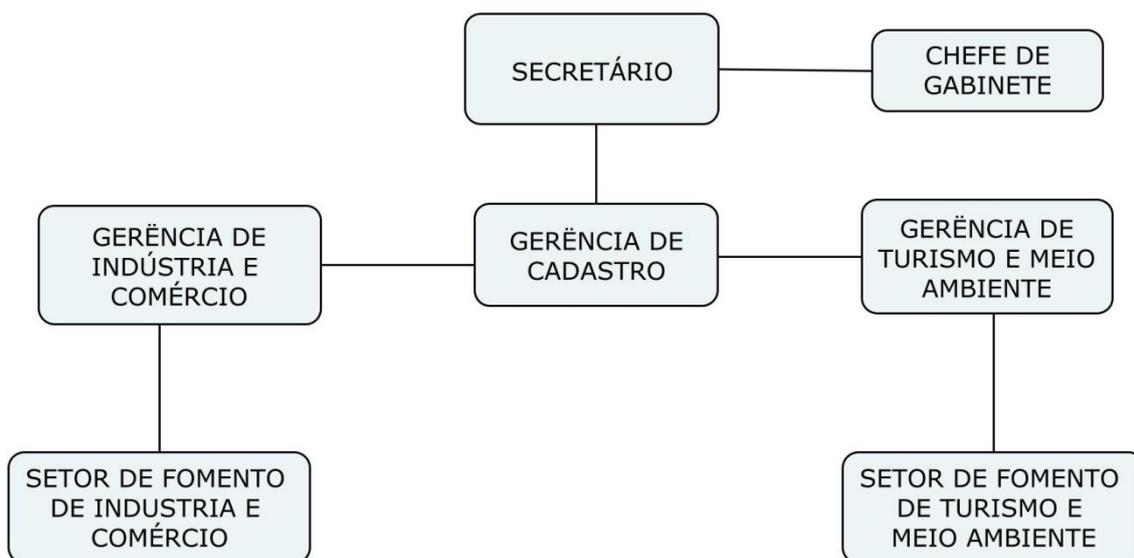
conselhos de classe. Assim sendo, as instituições que deveriam ser investigadas em Ponta Porã seriam a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Meio Ambiente; o COMTUR e o PPCVB.

Como o COMTUR encontra-se desativado, investigou-se a secretaria municipal e do PPCVB.

A Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Meio Ambiente encontrava-se em um período de transição na época desta pesquisa, haja vista, que o atual secretário, Eduardo Gaúna, havia assumido o cargo 90 dias antes da realização da entrevista²⁹.

A atual composição da secretaria conta com sete funcionários, distribuídos entre os quatro segmentos que o órgão é responsável.

Figura 10: Simulação do organograma Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Meio Ambiente de Ponta Porã



Fonte: Elaboração própria baseada em informações da pesquisa

O órgão possui uma gestão centralizada no secretário. Contudo, visando promover a descentralização, os funcionários vêm sendo capacitados através de cursos específicos para cada área. E, apesar de possuir a pasta de turismo, a secretaria não possui nenhum turismólogo no quadro de funcionários.

Sites e mídia impressa foram apontados como os recursos de comunicação utilizados para divulgação dos atrativos turísticos locais.

²⁹ A entrevista foi realizada no dia 27/04/2016, no último ano de gestão da atual administração da prefeitura.

A secretaria não possui nenhuma pesquisa atualizada de monitoramento de demanda turística.

O maior entrave apontado pelo órgão foi o curto tempo que resta para execução dos projetos que vem sendo elaborados. Pois, como citado anteriormente, o secretario assumiu recentemente e este é o ultimo ano da gestão do atual prefeito.

Mesmo com o pouco tempo de atuação, a atual composição da secretaria já promoveu um evento voltado para o turismo da terceira idade e que obteve significativa repercussão³⁰. Na entrevista desta pesquisa, a realização deste evento foi apontada como uma inovação.

O 'Ponta Porã Sem Fronteiras' *Convention & Visitors Bureau* – Associação de Turismo de Negócios de Ponta Porã, iniciou suas atividades no ano de 2013, visando desenvolver os diversos segmentos turísticos da região, principalmente o turismo de negócios e eventos.

Antes da criação do PPCVB, em 2011, o SEBRAE/MS desenvolveu uma Pesquisa em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero visando conhecer o ponto de vista dos atores do trade turístico³¹ sobre *Convention & Visitors Bureau*. O resultado foi motivador, pois segundo a pesquisa, os empresários entrevistados acreditavam que o turismo poderia trazer melhores resultados para seus negócios e, dessa forma, afirmaram que estariam dispostos a se tornarem mantenedores da futura entidade, colaborando com um valor fixo mensal e dela participando ativamente.

Apesar das perspectivas otimistas que as pesquisas apontavam, na prática as coisas se desencadearam de forma diferente. Segundo o presidente interino da entidade, os hotéis não fizeram os repasses da taxa de turismo ao PPCVB e, apesar dos esforços para angariar sócios mantenedores, o numero alcançado foi insignificante. Sem recursos financeiros, a atuação do órgão ficou impossibilitada: a diretoria se desfez e os colaboradores foram demitidos.

A falta de recursos também impossibilitou a execução dos diversos projetos que haviam sido elaborados para divulgação dos atrativos locais.

Corroborando com o cenário acima enunciado, os maiores entraves apontados foram a falta de comprometimento do setor publico e de mobilização da iniciativa privada.

³⁰ Segundo a secretaria municipal, o evento atraiu mais participantes do que o esperado e obteve repercussão abrangente e positiva na mídia.

³¹ Trade turístico segundo a definição oficial da EMBRATUR é o conjunto de organizações publicas e privadas atuantes no setor de turismo como, por exemplo, os hotéis e agências de viagem.

Atualmente, o órgão está passando por uma reformulação, segundo o entrevistado: *“a idéia é transformar o Convention numa entidade de interesse publico e institucionalizá-lo para que a Secretaria Municipal possa geri-lo por um tempo, até que possa ‘caminhar com as próprias pernas’.”*

As pesquisas com os empresários revelaram que o PPCVB teve atuação relevante junto ao trade turístico, uma vez que foi apontado como parceiro da maioria das empresas. De fato, com relação às parcerias, a entidade firmou inúmeras, tais como: Curso de Turismo- UEMS Dourados; UFMS; SEBRAE; PTin; Câmara Nacional de Turismo-PY; Fecomércio-MS; Senatur- PY; etc.

O PPCVB foi responsável pelas ultimas pesquisas de monitoramento de demanda turística na fronteira, realizadas durante o Black Friday.³², nas edições de 2013 e 2014. No entanto, Petrocchi (1998) explica que esse tipo de pesquisa, realizada no núcleo receptor, trata-se, na verdade, de pesquisa de oferta real ao invés de demanda real. Para o autor, só é possível conhecer ou estimar a demanda turística através de pesquisa direta, realizada no núcleo emissor do turista.

Partindo do pressuposto que nem os órgãos gestores, nem os empresários, realizaram pesquisa direta para conhecimento de demanda, tem-se que o direcionamento da oferta turística da região não tem sido feito de maneira planejada, pois, segundo Dencker (2007, p.14), *“a pesquisa é uma ferramenta fundamental para a gestão de qualquer atividade, pois permite prever os impactos tanto positivos quanto negativos, norteando as ações e otimizando os investimentos”*.

No que diz respeito às mudanças inovadoras, capazes de potencializar resultados do setor, foram apontadas: a realização do Black Friday; promoção e divulgação dos cursos de medicina; programas de capacitação visando potencializar a qualidade de atendimento do setor; reposicionamento do comercio; melhoria na imagem da fronteira.

Após caracterizarmos as organizações de apoio local, a entrevista buscou conhecer qual o entendimento dos entrevistados sobre o desenvolvimento de um APL de turismo em Ponta Porã. O quadro 2 a seguir apresenta os resultados obtidos.

³² O termo Black Friday é uma expressão em inglês, que significa Sexta Feira Negra. Teve origem nos Estados Unidos, e é um dia em que as lojas fazem grandes descontos. Inspirados no modelo norte americano, os empresários da fronteira de PP/PJC, realizam o Black Friday Fronteira, que é um evento que ganhou destaque e mobilizou o trade turístico e as lideranças locais das cidades irmãs. A campanha Black Friday oferece descontos de até 50% para o público e envolveu mais de 200 lojas na sua primeira edição, em 2012.

Quadro 2: Entendimento dos órgãos de apoio local sobre o desenvolvimento de um APL-TUR em Ponta Porã (MS)

TEMA DAS QUESTÕES	SECRETARIA MUNICIPAL	PPCVB
Conceito de APL	Organização das empresas locais para estimular outras empresas a se instalarem na cidade com visões diferentes.	Reunião de empresas de um determinado nicho de mercado com vistas a ampliar o nível de produtividade e competitividade das mesmas.
Opinião sobre o desenvolvimento de um APL de turismo em Ponta Porã.	Avalia como muito importantes as ações integradas dos agentes turísticos, pois somente assim será possível desenvolver de forma efetiva o turismo local.	Considera que quaisquer ações desenvolvidas através da união de empresas sejam essenciais para sobrevivência do setor e para transformação do cenário turístico local.
Como avaliam o interesse dos atores em participar de ações de cooperação que visem aumentar a competitividade das empresas.	Acredita que o interesse tem crescido significativamente nos últimos anos.	Enxerga o trade turístico de Ponta Porã como <i>inconsciente</i> e <i>incompetente</i> ³³ , ou seja, não entendem a necessidade dessas ações e nem sequer sabem que não entendem.
Principais ações que devem ser tomadas para o desenvolvimento de um APL de turismo em Ponta Porã.	Maior investimento na cultura local, visando mudar a mentalidade de empresários e da comunidade.	Divulgação de dados e estatísticas para os interessados; Entidades endossarem as ações
Sobre a existência de projetos voltados à sensibilização da comunidade a respeito do setor de turismo.	Nenhum em execução, porém já existem alguns em fase de formulação.	Afirma não existir nenhum projeto de iniciativa do PPCVB, mas em reunião recente foi sugerido à secretaria municipal voltar a ter o turismo como pauta nas escolas
Sobre a existência de projetos de conscientização	Ainda não existem, porém estão sendo formulados.	Existe um desenvolvido em parceria com a câmara de

³³ O entrevistado referiu-se a tese, defendida por psicólogos, de que as pessoas se movem em direção ao crescimento pessoal através de quatro estágios no processo de aprendizagem

O primeiro estágio é chamado de INCOMPETÊNCIA INCONSCIENTE. As pessoas nesta fase não entendem alguma coisa e nem sequer sabem que elas não entendem.

O segundo estágio é chamado de INCOMPETÊNCIA CONSCIENTE. As pessoas nesta fase estão cientes de algo, mas não podem fazê-lo. Elas admitem para si e possivelmente para os outros, que são incompetentes.

O terceiro estágio é chamado de COMPETÊNCIA CONSCIENTE, isto é, agora as pessoas entendem ou sabem como fazer algo, mas isso requer muito foco e concentração.

A quarta e última etapa, COMPETÊNCIA INCONSCIENTE, é o nível que você vê em esportistas profissionais, músicos, artistas, investidores, empresários e empreendedores de grande sucesso. Eles adquiriram tanta prática e perfeição em uma habilidade que as realizam sem qualquer esforço adicional.

do turista acerca da comunidade que ele visita.		comercio.
Sobre a existência de programas de incentivo à população para o uso efetivo de atrativos locais.	Não existe nenhum.	Não existe nenhum.
Avaliação do potencial turístico local (de 0 a 10)	10	10

Fonte: Elaboração própria com base nas informações obtidas nas entrevistas realizadas em abril de 2016.

A investigação com os atores que representam o apoio local demonstrou que os mesmos possuem uma visão mais clara do que a dos empresários, sobre o conceito APL.

Tanto o PPCVB, quanto a Secretaria Municipal, acreditam no potencial transformador de um APL na localidade. No entanto, o PPCVB acredita que não haveria interesse dos atores, uma vez que os mesmos não tem consciência da necessidade da união de forças. Já a Secretaria Municipal, enxerga a situação sob uma ótica mais otimista e afirma que o interesse dos agentes por ações cooperativas tem crescido significativamente nos últimos anos.

Sobre as principais ações que deveriam ser tomadas para o desenvolvimento de um APL-TUR, pode-se concluir que as opiniões dos dois órgãos são convergentes, visto que ambos enxergam que a principal necessidade é despertar, tanto o *trade* quanto a comunidade local, para a importância e o potencial de se estruturar um arranjo.

Essa necessidade de despertar a todos sobre o potencial do desenvolvimento turístico está diretamente relacionada com o conceito de competitividade do destino apresentada por Oliani (2011, p.64),

Um destino turístico que convença os seus habitantes da possibilidade de explorar economicamente os seus recursos, que entenda tanto os seus pontos fortes como os seus pontos fracos, que desenvolva uma política de *marketing* adequada e a aplique corretamente conseguirá ser mais competitivo que outro destino que não tenha concebido o papel que o turismo tem no seu desenvolvimento econômico e social.

Os projetos acerca do turismo se mostraram inexistentes nos dois órgãos, o que demonstra o árduo trabalho que seria necessário caso o APL fosse ser desenvolvido de fato, pois estas, que são (ou deveriam ser) as instituições fomentadoras do turismo, não possuem nenhum projeto do setor sendo executado.

Por fim, os órgãos de apoio local demonstraram acreditar mais do que a classe empresarial no potencial turístico da localidade, haja vista que ambos atribuíram nota máxima a esse quesito, enquanto entre os empresários as notas variaram entre 6 e 9.

Ficou claro que, atualmente, existe certo ostracismo, tanto na secretaria, quanto no *convention*, com relação ao turismo, o que é um contraponto à visão dos entrevistados que, mesmo com as dificuldades apontadas, demonstraram grande otimismo acerca do desenvolvimento turístico local. Isso talvez possa ser explicado pelo fato de que ambos se encontram em fase de transições e mudanças internas.

É evidente a insuficiência de mecanismos que permitam às entidades de apoio local articular e fomentar a cooperação entre os agentes do sistema turístico local, bem como a ausência de incentivos para que as associações - como o PPCVB- executem seus projetos e, conseqüentemente, atinjam metas estabelecidas.

O desenvolvimento de estratégias cooperativas na região deve estar pautado na reestruturação dos órgãos e associações representativos para que sejam realmente atuantes e capazes de conciliar determinados grupos com interesses comuns, bem como os que possuem interesses conflitantes.

Essa soma de esforços possibilitaria uma série de benefícios³⁴ ao desenvolvimento do turismo local, tais como:

- Divulgação conjunta do destino e serviços de suporte para promoção nos mercados nacional e internacional;
- Aumento do poder político das empresas pertencentes ao *trade*, em termos de negociação junto ao poder público, a fim de reivindicar melhorias em infraestrutura e de promover incentivos fiscais;
- Maior acesso a informação externa, uma vez que as associações funcionam como elo de ligação entre a região e o ambiente externo;
- Maior acesso a informações sobre o destino, através de pesquisas de demanda turística feitas de forma conjunta e da troca de experiências e soluções;

³⁴ Ver TOLEDO, Geraldo Luciano; SILVA, Ana Carolina Ovelar. ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS E COOPERATIVAS EM CLUSTERS TURÍSTICOS - UM DIAGNÓSTICO DA REGIÃO DOS LAGOS. VII SEMEAD/USP.2004

- Facilidade de acesso a financiamento, tanto para aquisição de insumos e investimentos, quanto com relação a melhorias de condições de financiamento para os clientes;
- Maior acesso a recursos, uma vez que as associações podem coordenar e centralizar as necessidades das empresas do *trade*, buscando os recursos no ambiente externo com maior qualidade e custos menores, devido aos ganhos de escala;
- Poder de representação que as associações adquirem, funcionando como porta de entrada para investidores interessados na região;
- Possibilidade de formação de mão-de-obra, um fator crítico de sucesso em serviços, podendo ser realizada de forma conjunta, reduzindo os custos;
- Redução e compartilhamento de riscos, principalmente em decisões relacionadas à promoção do destino no mercado internacional;
- Aprimoramento da formação gerencial dos empresários da região, por meio da troca de experiências e soluções.

De modo geral, a fragilidade dessas entidades aliada à dificuldade em organizar grupos da comunidade local em prol do turismo, se configuram como sérios limitantes da competitividade e, conseqüentemente, do desenvolvimento de um APL.

Nesse sentido, a carência de representatividade, limita o acesso a recursos financeiros provenientes dos macro programas de desenvolvimento turístico que poderiam alavancar o turismo na região. Por estes e outros motivos, é imprescindível a reestruturação dessas entidades, visando mitigar os efeitos da atividade turística que vem ocorrendo de forma desorganizada e direcioná-la a novos rumos.

4.2.3 Apoio Supra Local- Instituições de Ensino e Pesquisa e de Apoio às empresas

As instituições que se caracterizam como de apoio supra local, são aquelas que planejam e desenvolvem políticas públicas para o turismo, organizações paraestatais voltadas à capacitação empresarial e à qualificação dos trabalhadores, instituições de ensino e pesquisa, e ONGs relacionadas ao turismo.

Como essa pesquisa se deteve a investigar apenas os atores da localidade, foram entrevistados os representantes do Parque Tecnológico de Ponta Porã (instituição voltada à qualificação e capacitação dos trabalhadores e instituição de pesquisa) e de uma Universidade Local.

O Parque Tecnológico Internacional de Ponta Porã tem como objetivo promover o desenvolvimento territorial e a inovação tecnológica para a transformação da realidade por meio de suas potencialidades, na região de fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul, gerando o desenvolvimento socioeconômico e científico, visando, sobretudo, o bem estar humano de forma sustentável.(PTIn, 2013)

A associação PTIn teve sua primeira diretoria eleita em dezembro de 2014 e foi legalmente constituída em fevereiro de 2015. Inicialmente era formada por nove instituições, atualmente são quatorze, e com todas mantém ações em parceria. Conta também com um termo de cooperação internacional, com a qual recentemente formatou projeto de incrementação e fortalecimento de micros e pequenas empresas na fronteira Ponta Porã/BR- Pedro Juan Caballero/PY, a partir do turismo e artesanato.

A Associação PTIn é orientada por quatro hélices: segmento público, setor produtivo, academia e sociedade civil organizada. Estando em fase de implantação poderia estar focada apenas na sua própria implantação, mas por considerar fundamental alinhar-se e colaborar com as instituições constituídas e instaladas no território, nesta fase de implantação, ainda em 2015, coordenou e aportou palestras direcionadas ao agronegócio durante a 41ª Exporã e no “*Aprender a Crescer*” realizado em Pedro Juan Caballero, palestras focadas em tecnologia e empreendedorismo, dirigidas aos jovens empreendedores da fronteira (brasileiros e paraguaios). Em novembro 2015, realizou o I PTIntegrAção, com inúmeras palestras, cursos e encontros setoriais. E no projeto estruturado recentemente, em conjunto com duas importantes instituições européias, manteve o foco no fortalecimento das empresas fronteiriças, e o fez em parceria com a ACEPP e Câmara de Indústria, Comercio y Turismo de PJC.

Um fato interessante apontado é que a imaturidade das próprias instituições, que corajosamente encaram o desafio de implantar o primeiro Parque Tecnológico do Estado de MS, aliada a alta ingerência política, é motivo de preocupação e muitas dificuldades, que somadas ao cenário político financeiro nacional atual,

entravam a fase de implantação. Como positivo, destaca-se a composição do mesmo pelas principais instituições do Estado de MS, e o comprometimento de alguns partícipes. Esse comprometimento se reforça a cada avanço, como por exemplo, no termo de Cooperação Internacional recentemente instituído.

Tanto o Ptin quanto a Universidade afirmaram ser praticamente inexistente o apoio público para ações de desenvolvimento local.

Quando questionado sobre o que entende por APL, o representante do PTin foi pontual: *“entendo como o encadeamento da produção, de forma compartilhada e especializada, possível graças à cooperação e complementaridade de vários empreendimentos e atores, instituições de pesquisa, ensino e fomento, fazendo com que o encadeamento seja mais do que um simples aglomerado empresarial”*. Já para a Universidade *“arranjo produtivo local é um conglomerado de empresas que trabalham juntas, buscando melhorias para si e para o entorno”*

Para as instituições entrevistadas, existe uma significativa parte dos atores locais que estão preparados para pensar de forma coletiva. Mas, infelizmente, há uma boa parcela interessada apenas em prospectar a própria imagem; muitas associações instaladas e divulgadas sem o devido registro jurídico ou mesmo constituídas e na inércia. *“Mas não podemos desanimar, pois é preciso muito trabalho para atingirmos o alinhamento necessário e almejado.”*

As ações prioritárias destacadas para o desenvolvimento de um APL-TUR em Ponta Porã foram:

- A adoção e comprometimento dos gestores, começando com o estabelecimento de políticas públicas municipais para o segmento turismo;
- A retomada de ações de sensibilização para o turismo visando a percepção de sua importância como gerador de empregos e inclusão social;
- Triagem e adequação das inúmeras iniciativas associativas;
- Estruturação e implantação de instâncias de governança e
- Levantamento e divulgação de dados econômicos relativos ao segmento turístico no território, dando visibilidade e referendando a importância dessa cadeia produtiva

Outra observação relevante obtida durante as entrevistas refere-se às diversas oportunidades de turismo não aproveitadas na localidade, pois ambos concordam que a fronteira não aproveita a maior parte do seu potencial turístico. Um

dos entrevistados ressaltou: “[...] Há muito tempo o nominado turismo de compras precisa ser revisto e ampliado. O que existe hoje no território são iniciativas de receber os que aqui chegam para compras, não existindo a construção de ações que minimizem os impactos negativos das oscilações cambiais. Uma opção com potencial seria implementar o Turismo de Negócios, por exemplo, ao adotar-se a realização de eventos de lançamentos de novos produtos, pois automaticamente impactaríamos o turismo de compras.[...] Inegável é o potencial turístico nos segmentos histórico, cultural, rural, contemplativo e de aventura. A adoção de vivências turísticas numa fronteira seca, palco de importante fato histórico, com o maior assentamento rural latino-americano, com etnias indígenas, com o segmento agropecuário destacado, penso ser um ‘caldo’ turístico e cultural importante”.

Ambas instituições afirmaram que tem como objetivo desenvolver e executar projetos e ações com vistas ao desenvolvimento socioeconômico do território em que estão instaladas e o turismo, por tratar-se da “principal potencialidade local” não poderia estar ausente. Mesmo considerando-se a fase de implantação na qual se encontra, o PTin afirmar ser uma instituição apta à construir parcerias e ações propositivas, em conjunto com as instituições associadas e também com a iniciativa privada.

A Universidade investigada afirmou já possuir parcerias com algumas empresas, como a ACEPP e com o PPCVB e, inclusive, já apoiou e desenvolveu alguns projetos em conjunto voltados para o turismo local.

As instituições também tiveram opiniões convergentes com relação ao desenvolvimento do setor turístico. Ambas acreditam que, uma vez estabelecidas as condições necessárias ao desenvolvimento do turismo - estruturação de um programa de incremento do setor, com investimentos público e privado, formatação de roteiros, capacitação de mão de obra, alicerçados por um eficiente plano de marketing - é possível atingir o máximo potencial turístico na fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

As informações obtidas junto ao PTin e a Universidade reforçam que a relação entre os elos do sistema é incipiente, pois prevalecem os interesses particulares em detrimento dos interesses do setor. Isso faz com que as ações de mobilização voltadas para o fortalecimento do interesse coletivo, constituam-se como um desafio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o potencial de desenvolvimento de um APL-TUR em Ponta Porã-MS. Para isso, buscou-se caracterizar o processo histórico-cultural e as dinâmicas fronteiriças visando conhecer suas conseqüências e implicações para o atual cenário da fronteira. Na seqüência, fez-se necessário verificar a existência de aglomeração produtiva do setor turístico, a fim de identificar o primeiro indicio de que a localidade possui condições para se estruturar um APL de turismo. Uma vez confirmada a existência de aglomeração produtiva, este trabalho se propôs a conhecer o entendimento do *trade* turístico sobre o desenvolvimento de um APL-TUR em Ponta Porã. A partir daí, foi possível obter algumas conclusões.

O crescimento efetivo do setor turístico em Ponta Porã, em termos de emprego, superou em 10% a média do estado. Também foi identificada a existência de aglomeração produtiva de bens e serviços turísticos no município, e que o mesmo apresenta vantagem locacional e especialização no setor.

No entanto, não foi verificada a existência de produtos e serviços planejados e integrados, o que caracteriza uma oferta turística desorganizada, com diversas ações isoladas. Não existem pesquisas de monitoramento de demanda real nem potencial, o que dificulta a elaboração de estratégias competitivas para o destino.

Outro fator negativo refere-se à sazonalidade característica da região – decorrente das oscilações cambiais, uma vez que, o turismo de compras é o principal motor da economia local- que tem gerado grandes prejuízos aos empreendimentos, pois os mesmos carecem de planejamento e, por atuarem de forma isolada, são sensíveis a fatores externos que afetam diretamente os negócios.

A questão fronteiriça tem reverberação nas relações sociais de trabalho e apresenta uma dicotomia. Se na iniciativa privada ela promove entraves como a falta de comprometimento da mão de obra local; nos organismos de apoio, ela figura como um aspecto positivo, visto que foram apontadas diversas ações integradas com as entidades paraguaias. Essas ações integradas demonstram um amadurecimento dos órgãos que representam os dois países, pois conforme a literatura estudada, esse tipo de ação não era comum na fronteira até pouco tempo atrás.

As ações cooperativas são praticamente inexistentes em todas as instancias investigadas, seja por falta de recursos ou por falta de mobilização dos agentes. O que se pode perceber no *trade* turístico é que a competição predomina entre empresas e sabe-se que esta, mais ou cedo ou mais tarde, torna-se predatória. Daí a necessidade de se implementar estratégias cooperativas que visem fortalecer o destino turístico como um todo.

Alguns dos motivos que podem explicar a não participação da comunidade é a inexistência de instâncias de organização consolidadas que proporcionem uma base institucional sólida capaz de promover e desenvolver projetos de escala local e/ou regional. O que se encontra são ações esporádicas, com poucas pessoas se envolvendo de forma efetiva nos projetos e ações e muitas esperando os resultados para só então decidirem participar ou não

Todos os atores, em maior ou menor escala, demonstraram acreditar no potencial turístico da localidade, bem como, terem predisposição para participar de ações cooperativas. Porém, os próprios admitem a necessidade de amadurecimento dos agentes do setor para que se possa estruturar um APL-TUR competitivo.

Contudo, para que ocorra essa integração dos agentes do sistema produtivo, faz-se necessário o abandono da visão imediatista em prol de um sistema de cooperação mútua, buscando assim, a obtenção de um produto turístico único que proporcione vantagens competitivas a todos os cooperados e potencialize o desenvolvimento econômico da região.

Portanto, a partir da análise dos resultados obtidos, confirma-se a veracidade da segunda hipótese formulada para esta pesquisa: há aglomeração produtiva do setor turístico em Ponta Porã-MS, mas não há cooperação entre os atores do turismo local, demonstrando a existência de um APL potencial.

Os resultados também nos permitem delinear os principais desafios e oportunidades à estruturação de um APL de turismo em Ponta Porã. São eles:

- **Desafios:** necessidade de qualificação profissional da mão de obra local; potencializar a gestão da governança local; fomento à cooperação entre os agentes do turismo; elevada sazonalidade; fortalecimento da cultura local; ativação do aeroporto para receber vôos regulares; diversificação da oferta turística a fim de elevar o tempo de permanência do turista; divulgação e promoção da fronteira como destino turístico; reativação do COMTUR.

- **Potencialidades:** a singularidade da condição fronteiriça; turismo histórico e cultural; turismo de natureza; turismo de eventos; turismo de compras já consolidado; presença de instituições de ensino e pesquisa; I Parque Tecnológico do MS; C&VB local.

Pode-se elencar a confiança, a cooperação e a solidariedade como elementos formadores de capital social, pois o espírito da coletividade proporciona a formação de ambiente propício à geração de idéias, inovações e meios para obtenção de metas, o que conseqüentemente, fortalece o capital social.

Dessa forma, entende-se que o capital social traduz-se nas boas relações existentes entre os indivíduos e que, o cultivo do mesmo, pode contribuir para a construção de uma sociedade que vise promover o bem-estar social, integrando as relações sociais no território e alcançando melhores níveis de desenvolvimento.

Sabe-se que a elaboração e a implementação de políticas ou projetos voltados ao desenvolvimento de áreas de fronteira encontram diversos entraves, tais como: barreiras legais e diplomáticas; falta de articulação do território com seus respectivos centros político-decisórios; a informalidade de diversas ações executadas na linha de fronteira; etc. Por estes motivos, a organização da sociedade civil na busca da obtenção de melhorias, se faz ainda mais imprescindível.

Os resultados desta pesquisa comportam apenas uma análise da situação do setor turístico de Ponta Porã, com vistas à estruturação e desenvolvimento de um APL-TUR. Sugere-se abordar, em pesquisas futuras, questões relativas a busca de soluções para os problemas diagnosticados e o papel de cada instancia na construção de um APL que possibilite ao destino ganhar em competitividade. Além disso, faz-se necessário analisar a dinâmica do setor turístico de PJC, bem como, investigar os atores do lado paraguaio da fronteira. Com essas reflexões espera-se contribuir para o debate sobre a questão das estratégias para o planejamento da atividade turística da região de fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

Ademais, visando contribuir com o processo de planejamento e gestão do turismo, este estudo destaca que os diversos segmentos turísticos passíveis de desenvolvimento na localidade, são excêntricos e singulares devido à condição fronteiriça que os diferem dos atrativos dos demais destinos turísticos. A região deve ser mostrada e conhecida a partir de seus cotidianos, de suas vivências, que talvez sejam os principais atrativos fronteiriços. Por ser uma região que contempla

diferentes costumes, espaços sociais, representações e identidades culturais; uma fronteira marcada pela maior conflito armado da América do Sul; uma região cultural que não possui divisas sociais, mas sim justaposição de trajetórias históricas, sociais, culturais e com autênticas características latino americanas; a fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero se constitui num local místico, repleto de riquezas e que instiga o imaginário dos não fronteiriços.

6 REFERENCIAS

AMARAL FILHO, J. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. Planejamento e Políticas Públicas. n. 14. 1996.

ARAUJO, L. M.; MOURA, F.B. **A expansão do turismo na zona costeira nordestina: crescimento econômico, degradação ambiental e erosão cultural**. In: CORIOLANO, L.M. T. e VASCONCELOS, F. P. O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistência. Fortaleza: Eduece, 2007.

BANDUCCI, A.J., **Turismo e fronteira: integração cultural e tensões identitárias na divisa do Brasil com o Paraguai PASOS**. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 9, núm. 3, mayersqwwsedo, 2011, pp. 7-18

BARBOSA, M.; A. C.; ZAMBONI, R. A. **Formação de um 'cluster' em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito (MS)**. In: TIRONI, L. F. (Coord.) Industrialização Descentralizada: sistemas industriais locais. Brasília: IPEA, 2001.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre, ed. UFRGS, 2001

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

BERBERI, A.; COBOS, V. **Neoliberalismo e Globalização: Abordagem Histórico-Conceitual para o Estudo do Turismo Endógeno e Sustentável**. IV SeminTUR-2006.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**; Ed. Vozes; 1975.

BITTENCOURT, J.T. **Inovação e cooperação em Arranjos Produtivos Locais**. Tese Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, 2011.

BNDES. **ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E DESENVOLVIMENTO**. Versão preliminar, 2014

BOULLON, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução: Josely Vianna Baptista. Bauru/SP: EDUSC, 2002

BUARQUE, S. C. **Globalização e desenvolvimento local sustentável**. In: Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. 2 ed. Recife: IICA, 1999.

CALDEIRA, M.J.F; **Imagem do Destino Turístico Alentejo: Perspectiva dos Residentes em Lisboa - IPL**, 2013.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. e MACIEL, M. L. (eds) **Systems of Innovation and Development**. Cheltenham: Edward Elgar, 2004

CENTENO, C.V. **A FRONTEIRA COMO DOMÍNIO DA VIOLÊNCIA**: Projeto História, São Paulo, n.39, pp. 139-157, jul/dez. 2009

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**, São Paulo: Paz e Terra, 1999

COSTA, S.R.; CARVALHO, C.M.B: **GESTÃO DESCENTRALIZADA DO TURISMO NO BRASIL: a regionalização como estratégia para o desenvolvimento nacional**. IX Simpósio de excelência em gestão e tecnologia – 2012.

COSTA, H.; SOUTO, A.S.. **Sistemas produtivos locais em turismo: relacionamentos estratégicos e aglomeração territorial como vantagens competitivas**. Observatório do Turismo, 2006.

CUNHA, S.K.; CUNHA, J.C.; **Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local**. Rev. adm. contemp. vol.9. Curitiba 2005

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. **Dinâmica Territorial do Desenvolvimento**. In: BECKER, D. F; WITTMANN, M. L. (Orgs.). Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003

DENCKER, A. F. M.. **Pesquisa em Turismo: Planejamento, Métodos e Técnicas**. São Paulo: Editora Futura: 2007

DINIZ, B.P.; REZENDE, A.C.; **IDENTIFICAÇÃO DE CLUSTERS INDUSTRIAIS: UMA APLICAÇÃO DE ÍNDICES DE ESPECIALIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO, E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES** - REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 2, p. 38 - 54, maio/ago 2013

DORATIOTO, F. **Maldita Guerra**. Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORATIOTO, F. **Una relación compleja: Paraguay y Brasil 1889-1954**. Assunción, Paraguay: Editorial Tiempo de Historia. 2011

FEIJÓ, C.; GALEANO, E.; **A estagnação da produtividade do trabalho na indústria brasileira nos anos 1996-2007: análise nacional, regional e setorial**. Nova econ. vol.23 no.1 Belo Horizonte Jan./Apr. 2013

FERRARO, V.G. **A INTEGRAÇÃO NA FRONTEIRA SECA: PONTA PORÃ (BRASIL) E PEDRO JUAN CABALLERO (PARAGUAI)**. In: 19ª Semana de Iniciação Científica da PUC-SP, 2010.

FERRARO, V.G.: **Assimetrias Socioeconômicas e Fluxos Territoriais na Fronteira Brasil-Paraguai: Ponta Porã e Pedro Juan Caballero**- In: III Seminário de Estudos Fronteiriços; Corumbá- UFMS, 2011.

FINGLETON, B. **Increasing returns: evidence from local wage rates in Great Britain**. Oxford Economic Papers, v.55, 2003.

FOCHEZATTO, A.; VALENTINI, P.J.: **Economias de Aglomeração e Crescimento Econômico Regional: Um Estudo Aplicado ao Rio Grande do Sul Usando um Modelo Econométrico com Dados de Painel**. Revista ECONOMIA, Dez/2010.

FOUCHER, M. **Obsessão por fronteiras**. São Paulo, Radical Livros. 2009.

GALÃO, F.P.; CHIUSOLI, C.L.; PESSOA, D.A.M.; ROGEL, J.C.; SILVA, V.A.: **Arranjos produtivos locais e suas influências no desenvolvimento da economia regional**. Revista Gerenciais, v.7, n.1, p. 13-20, 2008.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar. Como fazer pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2001

GOES, T; GUERRA, O. **Desenvolvimento endógeno e teoria evolucionista como fundamentação para políticas públicas em arranjos produtivos locais**. 2008

GRECHI, D. C. **O desenvolvimento turístico sob a ótica da economia institucional: uma análise do caso de Bonito (MS)** / Dores Cristina Grechi. – Porto Alegre, 2011.

HADDAD, P.R.; FERREIRA, C.M.C.; BOISIER, S.; ANDRADE, T.A. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: ETENE-BNB, 1989.

HAESBAERT, R.. **Globalização e Fragmentação no mundo contemporâneo** (organizador). Niterói: EdUFF. 1998 /reedição amplamente reformulada: Editora da UFF, 2013.

HERZOG, H. W. ; OLSEN, R. J. **Shift-Share analysis revisited: the allocation effect and the stability of regional structure**. Journal of Regional Science, 1977.

IGLIORI, D.C.: **Economia dos Clusters Industriais e Desenvolvimento**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; IBGE-CIDADES, 2014. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=500660>. Acessado em 12/10/2014

INSTITUTO DE ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). **Clusters ou sistemas locais de produção e inovação: identificação, caracterização e medidas de apoio**. IEDI, 2002.

JICK, T..D. **Mixing qualitative and quantitative methods: Triangulation in action**. *Administrative Science Quarterly* 1979. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2392366?uid=3737664&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=56152314013>. Acessado em 05/03/2012

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Economia do turismo**. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009

LAMBERTI, E.; OLIVEIRA, T.C.M. **Interações Transfronteiriças e a atividade reexportadora na fronteira Brasil - Paraguai**. XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. Belém, Pará- Brasil, 2007.

LAMNEK, S. **Qualitative Sozial for schung Band 2: Methoden und Techniken**. Weinheim, Beltz, Psychologie Verlags Union, 1995.

LEMOIS, I.S.; FREGA, J.R.; SOUZA, A. **Um framework para a avaliação da estratégia do arranjo produtivo local para o turismo: o caso de Treze Tílias**. Turismo - Visão e Ação - vol. 9 - n.1 p. 37-53 jan. /abr. 2007

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do Turismo – Conceitos, Modelos e Sistemas**. São Paulo: Editora Aleph. 2008

MACHADO, D.F.C.; GOSLING, M. **A Teoria Geral do Sistema na Ótica do Turismo: Uma Revisão dos Modelos de Sistemas Turísticos**. ANPTUR, VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2009.

MAGALHÃES, C.F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. Roca, São Paulo, 2002

MARTINS, J. S. **Fronteira: A degradação do outro nos confins humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, P.; BANDUCCI, Jr.: **Turismo de Compras: o território fronteiriço de Pedro Juan Caballero/PY: Breves Considerações**. Anais. In: V Seminário de Pesquisa em turismo do MERCOSUL. Caxias do Sul – RS, 2008.

MARTINS, P. C. S. **A formação do território turístico de Pedro Juan Caballero (Paraguai)**. Aquidauana, MS: UFMS, 2007

MERIGUE, G.L.: **O desenvolvimento de arranjos produtivos locais no turismo: o caso da região turística da costa leste de Mato Grosso do Sul**. Caderno Virtual de Turismo/FAPERJ- Vol. 5, N° 1 (2005)

MILL, R. C.; MORRISSON, A. **The tourism system: an introductory text**. Dubuque, Iowa: Kendall/Hunt, 1992.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo. Diretrizes, metas e programas**. 2003 -2007. Brasília, 2003.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo - PNT 2007/2010 - Uma Viagem de Inclusão**. Brasília, 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO: **ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO ACT - CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS CNAE 2.0** - Departamento de Estudos e Pesquisas (DEPES), Brasília 2011.

MOTTA, PR: **Transformação Organizacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

MUSA, F. **Uma visão de conjunto. Cluster**. Revista Brasileira de Competitividade. Belo Horizonte, Novembro, 2001.

OLIANI, L. G. N. **Um estudo sobre os fatores de atratividade que influenciam na escolha de um destino turístico**– São Caetano do Sul: USCS / Programa de Mestrado em Administração, 2011.

PAIVA, C. A. **Aglomerações, arranjos e sistemas produtivos locais: o que são, como se diferenciam e quais as políticas mais adequadas ao seu desenvolvimento**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

PAULA, J. **Territórios, Redes e Desenvolvimento**. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Org.). **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília; Rio de Janeiro: Sebrae; Relume Dumará, 2004.

PETROCCHI, M. **Planejamento e gestão**. 6. ed. São Paulo: Futura, 1998.

PORTER, M. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999

_____ : **A Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

_____ : **The Competitive Advantage: Creating and Sustaining Superior Performance**. NY: Free Press, 1985. Republished with a new introduction, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ – **Perfil Socioeconômico Fronteira Pedro Juan- Ponta Porã**. Secretaria de Indústria Comércio e Turismo, Ponta Porã/ 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

RAMALHO, A. L; OLIVEIRA, M.A. **PROXIMIDADES E ESTRANHEZAS NAS RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS: PRECONCEITO, SOLIDARIEDADE E IMIGRANTE**. Anais XVI ENG, 2010.

RIBEIRO, E. A.. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais**, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, A. B. (Org.). 1. ed. **Turismo Rural**. São Paulo: Contexto, 2001.

ROSA, V.- **Relações entre vizinhos sul-americanos: tabu de longa data?** - *Goethe-Institut Brasilien - Junho de 2015*

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003

SAKOWSKI, P.M.: **ASPECTOS METODOLÓGICOS DO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO NO SETOR TURISMO** .Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2013.

SANTANA, A. **A globalização do narcotráfico.** Rev. bras. polít. int. vol.42 no.2 Brasília July/Dec. 1999

SANTOS, C.C.T.: **Identificando Clusters. Uma Proposta Metodológica com Aplicação Empírica ao Sector do Turismo** Tese de Mestrado- Faculdade de Economia, Universidade do Porto, 2007.

SANTOS, C.C. **Território Federal de Ponta Porã: o Brasil de Vargas e a “Marcha para o Oeste”.** / Camila Comerlato Santos. – Porto Alegre, 2016

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico, uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juros e o Ciclo Económico.** Editora Nova Cultural, São Paulo, 1997.

SCÓTOLO, D.; PANOSSO NETO, A. **Contribuições do Turismo para o Desenvolvimento Local.** CULTUR, ano 09 - nº 01 – Fev/2015

SEBRAE -**RELATO DE MATURAÇÃO DO PONTA PORÃ SEM FRONTEIRAS CONVENTION & VISITORS BUREAU.** Disponível em: <http://semfronteiras.ms.sebrae.com.br/uploads/download/1408373292.pdf> .Acesso em 08/09/2015

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa. **Cadeias produtivas.** Disponível em: < www.sebrae.com.br >. Brasília – DF, 2006.

SEGALA, K. (Coord.) **Desenvolvimento local sustentável: estudo de caso – Ponta Porã MS: Convention & Visitors Bureau.** - Rio de Janeiro: IBAM; Fomin/BID, 2014.

SILVA, J. A. S. **Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em Cluster.** 2004, 480f. Tese (Doutorado em Geografia.) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. USP, São Paulo.

SILVA, J.A.R.; MONTE, P.A.: **Dinâmica regional e setorial do emprego no Brasil: 1997 a 2007.** Revista de Economia, v. 37, n. 2 maio/ago. 2011. Editora UFPR

SILVA, R. M.. **Articulações transfronteiriças: o caso da conurbação Ponta Porã e Pedro Juan Caballero** / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. -- Aquidauana, MS: UFMS, 2009.

SIMÕES,R.; LEMOS,M.B; SANTOS, F.; GALINARI, R.; CROCCO, M.A.: **Metodologia de identificação de arranjos produtivos locais** -(Texto para discussão) Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003.

SOARES, Luís Augusto Severo. **Turismo e globalização: Algumas perspectivas.** Revista Gerenciais, São Paulo , 2007.

SOBRAL, F.; PECI, A.; SOUZA, G.C.: **Uma Análise Shift-share da Dinâmica do Setor de Turismo no Brasil: Recomendações para as Políticas Públicas.** 30 Encontro da ANPAD. Salvador, 2003.

SOUZA, E.B.; GEMELLI, V. **Território, região e fronteira: análise geográfica integrada da fronteira Brasil/Paraguai.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. 2011

SOUZA, N.J.de. **Desenvolvimento Regional.** Atlas, São Paulo, 2009.

SOUZA,P.I.A.; NETO, R.M.S.: **O TURISMO NA BAHIA: IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE CLUSTERS POTENCIAIS.** Revista Desenhahia nº 7 / set. 2007.

SPINOLA,V. **Potencial exportador e política publica para uma evolução virtuosa: a industria de rochas ornamentais da Bahia.** Dissertação. UFBA, 2002

TOLEDO, G. L.; VALDÉS, J. A.; POLLERO, A. C. **Planificación Estratégica de Empresas de Turismo y Desarrollo Sustentable del Sector. Propuesta de un modelo.** Estudios y Perspectivas em Turismo, vol. 11, no 3 e 4 - 2002.

TOMAZZONI, E.L. **TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.MODELO APL TUR APLICADO À REGIÃO DAS HORTÊNSIAS (RIO GRANDE DO SUL - BRASIL).** Tese de Doutorado. Pós-Graduação da ECA – Escola de Comunicações e Artes da USP – Universidade de São Paulo;2008.

TORRECILHA, Maria Lúcia. **A fronteira, a cidade e a linha.** Campo Grande: Uniderp, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto N.S.**Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987

VIEIRA,R.M.; MISSIO,F.J.; DATHEIN,R.: **Análise estrutural-diferencial do mercado formal de trabalho em Mato Grosso do Sul.** Texto para Discussão Nº 08/2013- FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS/ DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS,UFRGS,2013.Workshop, April, 2002.

ZACCARELLI, S.B.; TELLES, R.; SIQUEIRA, J.P.L.; BOAVENTURA, J.M.G.; DONAIRE, D. **Clusters e Redes de Negócios: uma nova visão para a gestão dos negócios.** São Paulo: Atlas, 2008.

ZEE- Carta de Gestão Estratégica do Território do estudo de Zoneamento Ecológico-Econômico- SEBRAE, 2015

ANEXO I**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS****ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO DE UM ARRANJO
PRODUTIVO LOCAL DE TURISMO EM PONTA PORÃ-MS****ROTEIRO DE ENTREVISTA TIPO A****EMPRESAS**

A) Objetivo: A coleta do roteiro tipo A tem o objetivo de reunir informações para a caracterização da iniciativa privada e conhecer o entendimento dos atores acerca do desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local de Turismo em Ponta Porã-MS, conforme a 3ª Etapa da pesquisa. Além do questionário Tipo A, também serão coletadas informações nas instituições que coordenam interesses públicos e privados - questionário tipo B; o questionário Tipo C, será realizado junto às Instituições de Ensino e Pesquisa.

B) Será realizado um levantamento por meio de entrevista semi-estruturada com os atores locais e pesquisa em dados primários e secundários que: a) identifiquem e caracterizem os atores do turismo local; b) identifiquem o entendimento do *trade* sobre APL-TUR

C) Todas as informações referentes à identificação da empresa e do entrevistado serão mantidas em sigilo.

Data:

Empresa/Instituição: _____

Duração:

BLOCO A - Perfil do responsável pelas informações

1- Idade:

2- Sexo:

3- Escolaridade:

- 4- Segmento turístico de atuação:
- 5- Quais razões o(a) levaram a se voltar para a atividade turística?
- 6- Fez algum tipo de especialização para atuar na área?

BLOCO B - Características da empresa/instituição

- 1- Numero de funcionários:
- 2- Tempo de atuação:
- 3- Existe alguma logística integrada de empresas para obter vantagens com fornecedores?
- 4- Possui vinculo de subcontratação
 - 4.1 Subcontrata outras empresas para realizarem parte do seu processo produtivo
 - 4.2 É subcontratada por outras empresas para realização de alguma parte do processo produtivo
- 5- Possui turismólogo (s) no quadro de funcionários?
- 6- Quais os tipos de parceria a empresa/instituição possui?
- 7- Oferece ou já ofereceu cursos de capacitação aos funcionários?
- 8- Quais os instrumentos de divulgação dos produtos e serviços oferecidos pela empresa?
- 9- Quais os maiores entraves que a empresa enfrenta?
- 10- Pretende modificar a oferta de serviços e produtos? Qual a perspectiva?
- 11- Que tipo de pesquisas são utilizadas para monitorar a demanda turística?
- 12- Houve mudanças nos processos e/ou produtos e serviços (inovação) visando ampliar a produtividade da empresa nos últimos anos? Poderia citar alguma?
- 13- Qual o grau de importância dos objetivos estratégicos de participação no mercado (maximização de lucros, minimização de custos de produção e diferenciação de produtos) para sua empresa? Quais são as estratégias de posicionamento adotadas?
- 14- A empresa possui estratégias para lidar com a sazonalidade decorrente das altas do dólar?

BLOCO C - Entendimento sobre a formação de um APL de Turismo em Ponta Porã

- 1- O que o(a) sr(a) entende por Arranjo Produtivo Local?
- 2- Em sua opinião, ações integradas dos empreendedores e instituições poderiam contribuir para o desenvolvimento do turismo local?
- 3- Acredita que haveria interesse dos atores para realização de ações de cooperação que visassem aumentar a competitividade das empresas?
- 4- O Sr(a) conhece alguma ação integrada voltada para atividade turística na cidade de Ponta Porã ?
 - 4.1 – Se sim, participa dela?
- 5- O(a) sr(a) considera uma vantagem competitiva a participação em organizações como conselhos e associações?
- 6- Como o(a) sr(a) avalia o nível de profissionalização dos serviços turísticos em Ponta Porã?
- 7- A sua empresa já inovou (em produtos e serviços) como resultado da participação e envolvimento em associações, fóruns e conselhos?
- 8- Quais as principais ações devem ser adotadas para que seja possível o desenvolvimento de um APL de turismo em Ponta Porã?
- 9- Quais os maiores entraves e dificuldades ao desenvolvimento do Turismo na região?
- 10- Qual a sua opinião sobre a atuação do setor público no Turismo em Ponta Porã-MS?
- 11- O(a) sr(a) acredita que parcerias com as instituições de Ensino e Pesquisa poderiam auxiliar no desenvolvimento da sua empresa e do Turismo Local? Se sim, de que forma?
- 12- O(a) sr(a) acredita que Ponta Porã tem potencial para desenvolvimento de outros segmentos turísticos, além do Turismo de compras? Quais?
- 13- De forma geral, qual o nível de potencial turístico, numa escala de 1 a 10 (onde 1 = nenhum potencial e 10 = alto potencial), o (a) Sr (a) acredita que a fronteira de Ponta Porã / Pedro Juan Caballero possui?

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO DE UM ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE TURISMO EM PONTA PORÃ-MS

ROTEIRO DE ENTREVISTA TIPO B

SEC.MUNICIPAL DE TURISMO e PPCVB

A) Objetivo: A coleta do roteiro tipo B tem o objetivo de reunir informações para a caracterização das instituições que coordenam interesses públicos e privados e conhecer o entendimento dos atores acerca do desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local de Turismo em Ponta Porã-MS, conforme a 3ª Etapa da pesquisa. Além do questionário Tipo B, também serão coletadas informações na iniciativa privada - questionário tipo A; o questionário Tipo C, será realizado junto às Instituições de Ensino e Pesquisa.

B) Será realizado um levantamento por meio de entrevista semi-estruturada com os atores locais e pesquisa em dados primários e secundários que: a) identifiquem e caracterizem os atores do turismo local; b) identifiquem o entendimento do *trade* sobre APL-TUR

C) Todas as informações referentes à identificação da empresa e do entrevistado serão mantidas em sigilo.

Data:

Empresa/Instituição: _____

Duração:

BLOCO A - Perfil do responsável pelas informações

- 1- Idade:
- 2- Sexo:
- 3- Escolaridade:
- 4- Cargo exercido

BLOCO B - Características da instituição

- 1- Numero de funcionários:
- 2- Tempo de atuação:
- 3- Qual o tempo de existência da atual composição?
- 4- Existe capacitação orientada para as diferentes funções exercidas dentro do órgão?
- 5- Qual a estratégia (mecanismo utilizado) do Órgão para gestão do turismo? Por exemplo, a gestão é descentralizada?
- 6- Quais os tipos de parceria a Secretaria/PPCVB possui? Algum trabalho em conjunto visando resultados coletivos?
- 7- Possui turismólogo (s) no quadro de funcionários?
- 8- Quais os instrumentos de divulgação dos atrativos locais?
- 9- Que tipo de pesquisas são utilizadas para monitorar a demanda turística?
- 10-Quais aspectos positivos e quais os entraves o órgão enfrenta?
- 11-A Secretaria/PPCVB presta algum tipo de suporte empresarial para o desenvolvimento de negócios?
- 12-Houve mudanças nos processos (inovação) visando potencializar resultados do setor? Poderia citar alguma?

BLOCO C- Entendimento sobre a formação de um APL de Turismo em Ponta Porã

- 1- O que o(a) sr(a) entende por Arranjo Produtivo Local?

- 2- Em sua opinião, a implantação de um APL-TUR, bem como, ações integradas dos empreendedores e instituições poderiam contribuir para o desenvolvimento do turismo local?
- 3- Acredita que haveria interesse dos atores para realização de ações de cooperação que visassem aumentar a competitividade das empresas?
- 4- Quais as principais ações devem ser adotadas para que seja possível o desenvolvimento de um APL de turismo em Ponta Porã?
- 5- O(a) sr(a) acredita que Ponta Porã tem potencial para desenvolvimento de outro segmentos turísticos, além do Turismo de compras? Quais?
- 6- Existem projetos voltados à sensibilização da comunidade sobre o setor de turismo?
- 7- Existem projetos de conscientização do turista acerca da comunidade que ele visita?
- 8- Há programas de incentivo à população para o uso efetivo de atrativos locais?
- 9- Há ações políticas que assegurem investimentos locais, provenientes da riqueza gerada nos próprio município turístico?(somente para secretaria)
- 10-De uma forma geral, qual o nível de potencial turístico, numa escala de 1 a 10 (onde 1 = nenhum potencial e 10 = alto potencial), o (a) Sr (a) acredita que a fronteira de Ponta Porã / Pedro Juan Caballero possui?

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO DE UM ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE TURISMO EM PONTA PORÃ-MS

ROTEIRO DE ENTREVISTA TIPO C

Universidade e PTin

A) Objetivo: A coleta do roteiro tipo C tem o objetivo de reunir informações sobre o turismo local realizado junto às Instituições de Ensino e Pesquisa e conhecer o entendimento dos atores acerca do desenvolvimento de um Arranjo Produtivo Local de Turismo em Ponta Porã-MS, conforme a 3ª Etapa da pesquisa. Além do questionário Tipo C, também serão coletadas informações nas instituições que coordenam interesses públicos e privados - questionário tipo B; o questionário Tipo A, que será realizado junto à Iniciativa privada.

B) Será realizado um levantamento por meio de entrevista semi-estruturada com os atores locais e pesquisa em dados primários e secundários que: a) identifiquem e caracterizem os atores do turismo local; b) identifiquem o entendimento do *trade* sobre APL-TUR

c) Todas as informações referentes à identificação da empresa e do entrevistado serão mantidas em sigilo.

Data:

Empresa/Instituição: _____

Duração:

BLOCO A - Perfil do responsável pelas informações

7- Idade:

8- Sexo:

9- Escolaridade:

10-Cargo exercido:

BLOCO B - Características da instituição

13-Tempo de atuação: (somente Ptin)

14-Qual o tempo de existência da atual composição? (somente Ptin)

15- Existe capacitação orientada para as diferentes funções exercidas dentro do órgão? (somente Ptin)

16-Quais os tipos de parceria a Instituição possui? Algum trabalho em conjunto visando resultados coletivos?

17-Quais aspectos positivos e quais os entraves o órgão enfrenta?

18-A Instituição presta algum tipo de suporte empresarial para o desenvolvimento de negócios na cidade de Ponta Porã-MS?

BLOCO C - Entendimento sobre a formação de um APL de Turismo em Ponta Porã

11-O que o(a) sr(a) entende por Arranjo Produtivo Local?

12-Em sua opinião, ações integradas dos empreendedores e instituições poderiam contribuir para o desenvolvimento do turismo local?

13-Acredita que haveria interesse dos atores para realização de ações de cooperação que visassem aumentar a competitividade das empresas?

14- Quais as principais ações devem ser adotadas para que seja possível o desenvolvimento de um APL de turismo em Ponta Porã?

15-O(a) sr(a) acredita que Ponta Porã tem potencial para desenvolvimento de outro segmentos turísticos, além do Turismo de compras? Quais?

16-Sabe sobre a existência de projetos voltados à sensibilização da comunidade sobre o setor de turismo?

17-Sabe sobre a existência de projetos de conscientização do turista acerca da comunidade que ele visita?

18-Há programas de incentivo à população para o uso efetivo de atrativos locais?

19- De que forma a instituição poderia colaborar com o desenvolvimento do setor turístico?

20-De uma forma geral, qual o nível de potencial turístico, numa escala de 1 a 10 (onde 1 = nenhum potencial e 10 = alto potencial), o (a) Sr (a) acredita que a fronteira de Ponta Porã / Pedro Juan Caballero possui?